

08 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO Cai em SP reconhecimento voluntário de paternidade

Em 2014, houve apenas 2.127 casos, ante 4.498 em 2008; programa do TJ localiza crianças que não têm registro de pais

O número de pais que reconheceram voluntariamente a paternidade dos filhos caiu pela metade em seis anos, segundo dados do programa Paternidade Responsável do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Em 2008, quando o projeto teve início, 4.498 pais fizeram o reconhecimento dos filhos. Em 2014, foram apenas 2.127.

A professora Larissa Correa dos Santos, de 28 anos, não conseguiu que o pai do seu filho, de dois anos, o reconhecesse voluntariamente e a saída foi o processo judicial. “É muito triste que tenha que ser dessa forma. Ainda bem que meu filho ainda é pequeno e não entende a situação, espero que até ele crescer essa situação esteja resolvida.”

O programa do TJ-SP foi desenvolvido para ajudar situações como a de Larissa. Além de auxiliar na localização paterna, o programa também facilita o processo para os pais que querem reconhecer voluntariamente a paternidade. A juíza Ana Luíza Villa Nova, da corregedoria do Tribunal, disse que a ideia surgiu quando ela percebeu que muitas crianças deixavam de ter o nome do pai nos registros por falta de informação.

“A legislação prevê que os cartórios devem questionar se a mãe quer indicar o possível pai para que seja feita a localização e muitas vezes isso não é feito. Também vi que às vezes o pai tinha até contato com a criança, queria fazer o reconhecimento, mas não fazia por não entender como funcionava o processo e por ter de pagar taxa no cartório”, contou a magistrada.

O programa faz a localização das crianças que não têm o regis-

tro dos pais por meio das escolas públicas. No ano passado, foram identificadas 57.741 alunos nessa situação. Depois do levantamento, as mães ou responsáveis são contatados para informar se têm interesse em localizar o possível pai.

“No começo, as mães têm um pouco de vergonha e até mesmo preconceito. Mas algumas percebem que é importante para a criança ter esse reconhecimento, essa identificação com o pai”, disse Ana Luíza. Quando o homem localizado não quer fazer o reconhecimento, é feito um processo judicial em que a família é encaminhada para exame de DNA. No ano passado, foram 1.545 casos de investigação de paternidade.

Ligação. João Marcos de Freitas, 34, decidiu que queria ser reconhecido formalmente como o pai do seu enteado no ano passado quando o menino aos 12 anos começou a adotar na escola o seu sobrenome. “Conheci a mãe dele quando ele tinha oito meses de idade, eu sou o pai dele. Nós temos muitas coisas em comum, mais do que tenho com meu filho biológico, mas vi que ele precisava de mais essa ligação comigo”.

A família entrou com um processo na Justiça e o menino, que tem o registro do pai biológico, poderá ter o reconhecimento de dois pais. /ISABELA PALHARES

• Discriminação

“Já sofri preconceito em várias situações porque o meu filho não tem o nome do pai. As pessoas sempre assumem que eu sou a culpada, que eu fui uma depravada e não que ele não quis reconhecer e conviver com o próprio filho.”

Larissa Correa dos Santos

08 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Desembargador solta 'Capuava', maior traficante do Estado

Ele foi detido com 1,6 tonelada de cocaína, mas magistrado viu 'fragilidade de seu envolvimento' no caso

Alexandre Hisayasu

O desembargador Otavio Henrique de Sousa Lima, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), determinou, por meio de habeas corpus, que o homem apontado pela Polícia Civil como o maior traficante de drogas do Estado responda às acusações em liberdade.

Welinton Xavier dos Santos, de 50 anos, conhecido como "Capuava", foi preso, no fim de julho, em uma mansão que fica na zona rural da cidade de Santa Isabel, no interior do Estado. Outros quatro suspeitos foram detidos em uma operação coordenada pelo Departamento de Narcóticos (Denarc). Com o grupo foram apreendidos 1,6 tonelada de cocaína pura e 898 quilos de produtos usados na mistura da droga. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, foi a maior apreensão de drogas no País em 2015.

Os investigadores também encontraram quatro fuzis, uma pistola automática e várias munições. Uma das armas, uma .50, pode derrubar um helicóptero. O Denarc diz que o local foi transformado em laboratório para refino de cocaína. De lá, a droga era distribuída para diversos pontos de São Paulo.

Na ocasião, o secretário da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, disse que "Capuava" era o maior traficante de São Paulo e o resultado da operação era um duro golpe contra o crime organizado.

O delegado Ruy Ferraz Fontes, diretor do Denarc, disse

que foram quatro meses de investigação. Os policiais receberam a informação de que a quadrilha havia comprado a mansão por R\$ 1,5 milhão e o imóvel seria usado para a produção e a distribuição de cocaína. "Esperamos a confirmação dessas suspeitas para montar a operação", afirmou o delegado.

Constrangimento. No despacho, o desembargador Otávio Henrique considerou que as provas apresentadas pela Polícia Civil sobre a participação de "Capuava" nos crimes não eram suficientes para mantê-lo preso preventivamente.

"Constata-se fragilidade do seu envolvimento nos crimes descritos, situação que aponta para a desnecessidade da manutenção da sua custódia antecipada", afirmou o magistrado. A decisão é da última quarta-feira, menos de 20 dias depois da operação policial.

O desembargador, porém, manteve a prisão dos outros quatro integrantes da quadrilha, que são apontados pela polícia como empregados de "Capuava". Eles são suspeitos de atuar na produção da droga e também na segurança da mansão.

Os desembargadores da 9.^a Câmara Criminal ainda vão julgar o mérito do habeas corpus, mas a data ainda não foi definida. O TJ informou que Sousa Lima não poderia comentar o caso para não atrapalhar o processo.

• Estimativa
R\$ 40 mi

é o valor da droga que foi apreendida com Welinton Xavier dos Santos, de acordo com informações do Denarc.

08 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça suspende a divulgação do Fies

Grupo proprietário da Universidade São Judas alega 'inconsistências e desigualdades' na definição de vagas para o segundo semestre

Isabela Palhares

A Justiça Federal suspendeu o prazo de inscrições dos alunos e a divulgação dos resultados da pré-seleção e da lista de espera para o Financiamento Estudantil (Fies). O mandado de segurança impede o prosseguimento do programa até que o Ministério da Educação (MEC) esclareça os critérios adotados na definição das vagas ofertadas. O MEC informou, na noite de ontem, que ainda não havia sido notificado da decisão e, por isso, não comentaria a decisão judicial.

A ação foi iniciada pela Anima Educação, um dos principais grupos educacionais do País, que até o ano passado tinha 39% dos alunos com mensalidades pagas por intermédio do Fies. O grupo apresentou como justificativa à ação que o ministério restringiu o número de vagas a serem contempladas pelo financiamento e definiu critérios para a distribuição de vagas, mas há "inconsistências e desigualdades" na escolha.

Um dos exemplos usados agora é de que o curso de Engenharia Civil de uma instituição do grupo, apesar de ter conceito 4, teve a aprovação de apenas 20 das 90 vagas que foram solicitadas. "Enquanto o mesmo curso de outro centro universitário, com conceito inferior, teve 46 vagas aprovadas", disse em nota a Anima.

A decisão, da 15.^a Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, definiu que foram constatadas "inconsistências no procedimento". "Tratando-se de política pública financia-

Interessados
61,5 mil

novas vagas foram oferecidas pelo Fies no segundo semestre de 2015. O processo do início do ano teve 252 mil inscrições aceitas para o programa.

da por recurso público é absolutamente necessário que os interessados diretos (*instituições e alunos*) e a sociedade como um todo conheçam não apenas os critérios de seleção, mas, também, como eles foram aplicados ao caso concreto, já que, em princípio, parece que os critérios não foram objetivamente observados", disse, em sua decisão, o juiz Francisco Renato Codvila Pinheiro Filho.

As inscrições do processo seletivo do Fies para o segundo semestre deste ano terminaram anteontem e o resultado da pré-seleção seria divulgado na segunda-feira. O processo fica então suspenso pela decisão liminar (de caráter temporário) até que o MEC esclareça as informações solicitadas.

Briga. A seleção do Fies no primeiro semestre deste ano também foi marcada por batalhas judiciais, quando o MEC definiu novos critérios para "enxugar" as despesas com o programa, como por exemplo o limite de 6,4% para o reajuste das matrículas nos cursos contemplados pelo financiamento.

Ao determinar ainda nota mínima de 450 pontos no Enem para que o estudante tenha acesso ao financiamento, o ministério também enfrentou protestos e ações judiciais de alunos.

Em março, a presidente Dilma Rousseff admitiu que houve "erro" no programa, ao delegar o controle das matrículas às instituições, e prometeu criar um sistema único para o Fies, assim como ocorre nas universidades federais com o SisU.

Para o segundo semestre de 2015, o MEC definiu que estabeleceriam como critérios para definição do programa mais vagas para os cursos com conceito 5 e 4, daria prioridade para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (consideradas prioritárias) e para as carreiras da área de saúde, engenharias e de formação de professores (licenciatura e Pedagogia).

Grupo. A Anima Educacional é dona de cinco instituições de ensino (duas em Belo Horizonte, uma em Santos e uma em São Paulo – a Universidade São Judas). Ela faz parte dos quatro grandes grupos educacionais do País que concentram 23% de 1,9 milhão de contratos do Fies firmados até o ano passado.

Esses grupos, que têm capital aberto, tiveram, em média, um salto de 201% na receita líquida entre 2010 e 2014. A bruta, sem desconto de impostos, saltou 233% – um desempenho considerado extraordinário no País. A maior parte desses recursos foi revertida em lucro para os acionistas.

08 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Médicos vão à Justiça contra cadastro

Associação afirma que projeto federal é desnecessário e ameaça especialidades

Lígia Formenti
BRASÍLIA

Entidades de classe médicas disseram ontem que vão à Justiça para impedir a criação do Cadastro Nacional de Médicos Especialistas, anunciada nesta semana pelo governo federal. As associações afirmam que o banco de dados, além de desnecessário, cria brechas para que o governo retire poder das entidades nas decisões sobre abertura de cursos de residência médica e de especialização.

“É o primeiro passo para redução da qualidade de ensino, agora, com médicos especialistas”, afirmou o presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino Cardoso. O secretário de Gestão e Trabalho e da Educação em Saúde, Heider Pinto, atribuiu as críticas à desinformação ou má-fé. “Não há nada no texto do decreto, publicado semana passada, que exceda as atribuições do Ministério da Saúde e que não tenha sido previsto em lei”, afirmou.

Com a publicação da norma, chega ao fim a trégua que havia sido estabelecida neste ano entre Ministério da Saúde e entidades de classe, depois da crise do Mais Médicos. “Não sentamos mais na mesa com o ministro da Saúde, Arthur Chioro”, afirmou Cardoso. “Houve quebra de confiança. Ele afirmou que havíamos apoiado a criação do cadastro, algo que não é correto.” O secretário, por sua vez,

afirma que as portas estão abertas. “Um grupo de trabalho foi criado, a primeira reunião será na quinta e o convite para entidades continua de pé”, disse.

Modelo. Hoje, a criação de cursos de residência passa por um conselho formado por representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Residência Médica. Alunos selecionados para residência ganham um auxílio e recebem, automaticamente, ao fim do curso, o título de especialista.

Sociedades médicas podem ofertar vagas a mais, além daquelas oferecidas no curso de residência. Os alunos formados, no entanto, têm de fazer uma prova para receber o título de especialista e não recebem, ao longo do curso, nenhum tipo de benefício financeiro.

“As regras até agora funcionam de acordo com o mercado. Há equilíbrio”, avaliou o presidente da AMB. Ele argumenta, no entanto, que, com cadastro, as entidades não serão mais ouvidas sobre quando e onde vagas para especialistas poderão ser abertas e diz que a atitude do governo é “autoritária”.

Atualmente, recebem títulos de especialistas só residentes e quem fez o curso de especialista das sociedades médicas. A proposta do governo é que profissionais que fazem mestrado e doutorado, respeitadas determinadas condições, recebam também esse título.

08 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-reitora de federal é acusada de racismo

Ela teria expulsado alunas negras de laboratório; sete estudantes foram convocados para depor

Sete estudantes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Santos, foram convocados para depor na próxima semana na Polícia Federal sob a acusação de terem pichado a parede da diretoria da instituição de ensino. Os grafites acusam a ex-diretora da unidade Regina Célia Spadari de racismo, depois de ela ter se envolvido em um desentendimento com alunos.

O episódio, registrado pela própria diretora na PF, também está sob apuração da Unifesp, que instaurou sindicância.

O problema aconteceu em novembro do ano passado, durante os eventos da Semana da Consciência Negra da instituição. As frases foram pichadas nos muros, no chão e na porta da diretoria um dia depois de uma discussão entre os alunos – seis do curso de Serviço Social e um de Educação Física – e a ex-diretora pelo uso de um laboratório de informática. Regina é acusada de racismo por ter expulsado duas estudantes negras do local ao pensar que elas não eram alunas da Unifesp.

Na ocasião, ocorria na universidade uma atividade em que participavam tanto estudantes como moradores da comunidade. Parte das pessoas que estavam no local utilizava os computadores e era acompanhada por funcionários.

Ao **Estado**, Regina disse que nunca cometeu nenhum ato racista. “Eu fui à polícia porque temia pela minha segurança e da minha família. Fui hostilizada e fizeram protestos contra mim na frente da universidade”, contou.

Ela relatou ter sido acionada pelo chefe do setor de informática para confirmar a permissão da presença de adolescentes que estavam usando os computadores. Ao constatar que não havia nenhuma atividade prevista no local, Regina pediu que todos que não fossem alunos saíssem.

Um vídeo gravado por estudantes e publicado na internet mostra que, após parte do grupo deixar a sala, Regina pede a identificação das duas alunas negras, que estavam na primeira fileira. Uma outra aluna, que estava ao lado delas, foi ignorada, segundo a diretora, porque já era “conhecida”. Os gritos chamando a gestora de racista começaram naquele momento. Ao notar o barulho, funcionários e professores entraram na sala e tentaram pacificar a briga. A ex-diretora acusa dois estudantes de terem feito a pichação. Eles negam. /LUIZ FERNANDO

TOLEDO

Estudante relata discriminação

● A estudante do 3.º ano de Serviço Social Tatiane Souza Santos, de 30 anos, foi uma das alunas abordadas pela ex-diretora Regina Célia Spadari e diz ter sofrido racismo no episódio, no ano passado. “Foi a primeira vez que aconteceu (racismo) comigo, mas já impediram um amigo negro de entrar na universidade porque ele estava sem crachá”, contou.

Ela nega envolvimento na pichação contra a reitora e relata ter ido direto para a delegacia registrar boletim de ocorrência e, em seguida, para casa no dia da discussão. Segundo Tatiane, ela e a outra colega estavam na sala de informática para elaborar um trabalho.

A ex-diretora Regina foi substituída no início deste ano depois de ter cumprido o tempo do mandato. /L.F.T.

08 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Senadora contesta no STF votação de contas

Justificativa é que a aprovação de contas de ex-presidentes deve ser atribuição do Congresso, não apenas da Câmara

A presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), impetrou ontem mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para tentar anular o ato da Câmara que colocou em votação contas de ex-presidentes da República. A alegação da senadora é a de que a decisão dos deputados viola o texto da Constituição que dispõe competência exclusiva do Congresso – e não das duas Casas Legislativas em separado – o julgamento das contas.

A ação pretende suspender a aprovação do requerimento de urgência referentes às contas de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, aprovadas na quinta-feira. O processo foi distribuído para o ministro Luís

Roberto Barroso relatar.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse ontem, no Rio, que concorda com a tese de que as contas de ex-presidentes devem ser votadas em sessão do Congresso e não somente pela Câmara. “A senadora solicitou à AGU uma indicação, designei um advogado para atuar com ela”, disse o ministro.

Os deputados aprovaram as contas de Itamar, FHC e Lula, o que abre caminho para votação das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, em análise no Tribunal de Contas da União. O TCU recomenda a aprovação ou rejeição das contas e a decisão final é do Congresso.

Contestação. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse ontem que contestará ação da senadora. “É muito estranho essa ação e quem a está patrocinando e a que interesse serve. Talvez o de tumultuar para que contas não sejam votadas”, afirmou Cunha no Twitter. / RICARDO BRITO, LUCIANA NUNES LEAL e DANIEL CARVALHO

09 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Janot será indicado por presidente a novo mandato

Dilma reuniu-se ontem com o procurador-geral e anunciou decisão de sugerir ao Senado sua recondução; Casa tem resistência à escolha

Talita Fernandes
Isadora Peron / BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff anunciou ontem a decisão de indicar à recondução o atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para mais um mandato de dois anos à frente do Ministério Público Federal. A confirmação foi feita pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que participou de um encontro durante a manhã de ontem com Janot e a presidente.

O mandato de Janot se encerra em 17 de setembro e, para permanecer no cargo, ele precisará agora passar por uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e por aprovação no plenário do Senado. Apesar das críticas que parlamentares investigados na Operação Lava Jato têm dirigido a Janot, a expectativa é de que ele seja aprovado.

Em nota, o Palácio do Planalto afirmou que “a escolha da presidente Dilma Rousseff acolhe, novamente, posicionamento da maioria dos membros do Ministério Público Federal, assegurando assim, de fato, a autonomia estabelecida na Constituição de 1988 a esta importante instituição da República”, diz o comunicado que oficializou a indicação.

Janot foi o candidato mais votado em eleição realizada pelo Ministério Público Federal na última quarta-feira. Ele obteve 799 votos, ante 462 do segundo colocado, o subprocurador Mario Bonsaglia. A presidente não é obrigada a seguir a votação dos procuradores, mas a indicação do primeiro colocado tornou-se tradição a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

PARA ENTENDER

Senadores dão palavra final

Com a indicação de Dilma, Rodrigo Janot tem de se submeter à aprovação do Senado para ser reconduzido à chefia do Ministério Público. Primeiro, será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça – os 27 titulares do colegiado votam e dão parecer a favor ou contra a indicação. Depois, o plenário do Senado dá a última palavra. Em votação secreta, os 81 senadores aprovam ou rejeitam o candidato, que, para assumir o cargo, precisa do apoio de 41 senadores.

O ministro da Justiça disse que a presidente sempre teve uma “postura de respeito à autonomia do Ministério Público” e que, por isso, está indicando o nome que obteve maior aprovação pela categoria. “O governo entende que o Ministério Público tem o legítimo direito de indicar o nome da pessoa que deve conduzi-lo e com isso, obviamente, manifesta sua posição pela autonomia, que está assegurada na Constituição, do Ministério Público”, disse Cardozo ao deixar o Palácio da Alvorada.

Questionado sobre o que o governo pensa das críticas que vêm sendo feitas a Janot sobre seu trabalho na condução da Lava Jato, Cardozo repetiu que o governo pensa que é preciso que haja autonomia do órgão e que a Constituição “garantiu a liberdade investigatória àqueles que devem atuar nessa área. É evidente que nós não podemos condenar pessoas jamais sem que seja assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, também estabelecidos na Constituição”, disse.

Resistências. O procurador-geral deverá enfrentar resistência por parte de alguns senadores, já que 13 são alvo de investigações da Lava Jato, conduzida por Janot no Supremo Tribunal Federal. Há a expectativa que ele apresente em breve as denúncias contra parte dos políticos.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

09 AGO 2015

Apesar do clima hostil, a avaliação de líderes tanto da base quanto da oposição é que, nas últimas semanas, os ânimos arrefeceram e a tendência, neste momento, é que Janot seja aprovado pelo plenário.

A oposição ao nome Janot cresceu após a Operação Politeia, primeira fase da Lava Jato centrada no núcleo político do esquema, que realizou buscas e apreensões em imóveis de três senadores. O senador Fernando Collor (PTB-AL) é o único atualmente a fazer críticas públicas e na última semana chegou a xingar o procurador-geral na tribuna do Senado.

Reservadamente, parlamentares afirmam que a Casa não está disposta a arcar com o ônus político de rejeitar o nome do procurador-geral, o que poderia gerar uma crise institucional entre Legislativo e Judiciário. Nas palavras de um senador do PT, “o clima hoje está melhor, mas já esteve bem azedo”.

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), aposta na recondução de Janot: “Pelo que tenho conversado no plenário, ele terá uma ampla maioria dos votos”, avalia. A expectativa é que ele seja sabatinado pelos integrantes da CCJ e o seu nome seja submetido ao plenário da Casa já nas próximas semanas. Para ser aprovado, ele precisará do aval de 41 dos 81 senadores.

Investigado na Lava Jato, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou que vai dar celeridade ao processo de recondução de Janot para não ser acusado de prejudicar o andamento das apurações. A boa vontade de Renan com o processo passa pelo fato de interlocutores terem feito chegar ao peemedebista que a sua situação é bem menos complicada do que a de outros investigados, como o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

● **Autonomia**

“O governo pensa que é preciso que haja autonomia do órgão (do Ministério Público), assegurada na Constituição”

José Eduardo Cardozo

MINISTRO DA JUSTIÇA

09 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Justiçômetro?

A cada minuto chegam à Justiça cerca de 60 processos – um por segundo. A estimativa é da Associação dos Magistrados Brasileiros, que para conhecer melhor o assunto acaba de criar o Placar da Justiça. A exemplo do impostômetro, ele mostrará em tempo real o número de processos apresentados.

A iniciativa é parte da campanha *Não Deixe a Justiça Parar*, que o presidente da AMB, **João Ricardo Costa**, lança na terça-feira, em Brasília.

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

“Pauta-bomba” sobre salário de delegados atinge governadores

A aprovação pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional 443, que vincula o teto salarial de delegados, advogados-gerais da União e procuradores de estado ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), tinha como endereço a presidente Dilma Rousseff, mas atingiu o governador Beto Richa (PSDB) e os outros 26 governadores. Pelo texto aprovado, delegados da Polícia Civil e procuradores terão seu teto salarial aumentado para cerca de R\$ 30,4 mil. O governo do Paraná informou não ter como calcular precisamente o impacto da PEC nos cofres do estado, que passa por dificuldades financeiras. A proposta ainda pode sofrer alteração e terá de passar pelo Senado.

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

1.º item da 'pauta-bomba' também estoura no colo dos governadores

PEC que aumenta
salário de
delegados,
advogados e
procuradores
aumenta gastos
da União e
dos estados

Chico Marés

! A bomba foi endereçada para Dilma Rousseff (PT), mas os estilhaços caíram no colo de Beto Richa (PSDB) — e de todos os outros 26 governadores. Na última quinta-feira (6), a Câmara aprovou o texto base da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 443, que vincula o teto salarial de delegados, advogados-gerais da União e procuradores de estado ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O principal afetado será o governo federal, que estima o impacto da medida em R\$ 2,5 bilhões ao ano. Porém, ao incluir delegados da Polícia Civil e procuradores estaduais (responsáveis por defender os interesses dos estados na Justiça), a medida afetará também o caixa dos governadores. E não poderia haver momento pior para essa votação: não só a União, mas a maioria dos estados passa por um momento de crise de arrecadação. Ainda assim, apenas 16 dos 513 deputados federais foram contrários à PEC.

Avotação ainda não foi encerrada. Faltam votar os destaques da matéria, o que pode alterar o conteúdo do texto final. Além disso, após a aprovação em primeiro e segundo turno, a PEC precisa ser analisada pelo Senado e promulgada pelo Congresso. Ainda assim, o resultado esmagador é motivo de preocupação para Dilma, Richa e todos os governadores.

Teto

Pelo texto da PEC, advogados-gerais da União, delegados das polícias Federal e Civil e procuradores de estados terão seu teto salarial aumentado para 90,25% do salário de um ministro do STF. Hoje, isso equivaleria a R\$ 30,4 mil. A PEC equipara os cargos de procurador de Justiça e de desembargador — defensores da PEC alegam se tratar de “isonomia em carreiras jurídicas”.

Segundo a relação de servidores publicada em seu Portal da Transparência, o governo do Paraná, hoje, emprega 374 delegados, que recebem entre R\$ 15,6 mil e R\$ 24,4 mil; e 256 procuradores, que ganham entre R\$ 19,9 mil e R\$ 26,5 mil. Pelo texto da PEC, o topo dessas carreiras passaria a R\$ 30,4 mil — o que pode refletir em um aumento de 24% para delegados e 14% para procuradores.

Paralelamente, o estado vive um momento de ajuste fis-

cal. Medidas drásticas — como as mudanças na lei da Parana Previdência, que levaram a um grande desgaste do governo — foram tomadas no primeiro semestre para melhorar o caixa do estado. O reajuste do funcionalismo também ficou abaixo da inflação, mesmo após semanas de greve de servidores.

Procurado pela reportagem, o governo do Paraná informou não ter como calcular precisamente o impacto da PEC nos cofres do estado. “Como ainda há votações de destaques previstas para a próxima semana e, posteriormente, a redação final, a administração aguarda para uma análise global da legislação, inclusive para saber se haverá necessidade de regulamentação no âmbito do estado”, respondeu a secretária de Administração e Previdência, Dinorah Nogara, por meio de nota.

CONTINUA

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Pacto não funcionou

A aprovação da PEC foi o primeiro grande teste do pacto pela governabilidade firmado na semana passada pela presidente Dilma Rousseff com os 27 governadores. A ideia da reunião era que os governadores pressionassem as bancadas estaduais no Congresso a não aprovar as chamadas “pautas-bombas”, que aumentam os gastos públicos. Pelo menos na primeira “bomba”, a reunião não deu resultado. Deputados de todos os estados e partidos votaram, majoritariamente, a favor da PEC — no próprio PT, 55 de 59 deputados presentes foram favoráveis à proposta.

55 DOS 59 PETISTAS

que estavam presentes na Câmara na sessão que apreciou a PEC votaram a favor da proposta que aumenta os gastos da União em R\$ 2,5 bilhões ao ano. A aprovação ainda mostrou que o pacto firmado uma semana antes com os governadores não funcionou. Parlamentares de todos os estados foram favoráveis à PEC.

PLACAR DA VOTAÇÃO

Veja como votaram os deputados paranaenses na PEC 433:

A FAVOR (26)

Alex Canziani (PTB), Alfredo Kaefer (PSDB), Aliel Machado (PCdoB), Assis do Couto (PT), Christiane Yared (PTN), Diego Garcia (PHS), Dilceu Sperafico (PP), Ênio Verri (PT), Evandro Roman (PSD), Fernando Francischini (SD), Fernando Giacobbo (PR), Hermes Parcianello (PMDB), João Arruda (PMDB), Leandre (PV), Leopoldo Meyer (PSB), Luiz Carlos Haully (PSDB), Luiz Nishimori (PR), Marcelo Belinati (PP), Nelson Meurer (PP), Osmar Serraglio (PMDB), Rubens Bueno (PPS), Sandro Alex (PPS), Sérgio Souza (PMDB), Takayama (PSC), Toninho Wandscheer (PT), Zeca Dirceu (PT)

CONTRA (1)

Ricardo Barros (PP)

NÃO VOTARAM (3)

Edmar Arruda (PSC), Luciano Ducci (PSB), Valdir Rossoni (PSDB)

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

SISTEMA PRISIONAL Minipresídio de Maringá é demolido

• O minipresídio da 9ª Subdivisão Policial (SDP) de Maringá, no Noroeste do Paraná, começou a ser demolido na sexta-feira (7). A autorização foi dada pela Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) após conseguir revogar uma liminar que impedia a derrubada do prédio e a transferência de 40 presos para a Casa de Custódia (CCM). Na tarde de quinta-feira (6), a juíza da Vara de Execuções Penais, Jane dos Santos Ramos, suspendeu a desocupação da unidade alegando que “não havia urgência na demolição sem antes analisar as condições da CCM” – para onde os presos estavam sendo transferidos após o Ministério Público do Trabalho interditar o minipresídio na semana passada e solicitar a remoção dos detentos.

O governo informou que conseguiu, por decisão do Tribunal de Justiça, anular a decisão da magistrada com base em um relatório de vistoria técnica realizado pela Defesa Civil na quinta-feira, que caracteriza o local como “inabitável”.

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

O novo round na briga entre Arauapele MST

Debate sobre títulos de terras leva tensão ao campo e nova onda de acampamentos na região Centro-Sul do Paraná

Catarina Scortecchi

Há um novo capítulo na história de quase 20 anos de disputa de terras entre famílias de trabalhadores rurais sem terra e a empresa madeireira Arauapel, na região Centro-Sul do Paraná. Somente nos últimos 12 meses, dois novos acampamentos de agricultores ligados ao MST avançaram nas terras da empresa. São os acampamentos Herdeiros da Luta 1.º de Maio, que completou um ano recentemente, e Dom Tomás Balduino, levantado em maio. Eles foram erigidos por filhos e netos de trabalhadores que vivem em três assentamentos na região — Ireno Alves, Marcos Freire e Celso Furtado —, originários de ocupações iniciadas ainda na década de 90, em áreas na época de posse da mesma madeireira.

Mas a recente onda de ocupações agora tem um fator novo: ela ocorre no momento em que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) abre uma frente de busca por terras para fins de reforma agrária, na qual a estratégia é investigar a titularidade dos imóveis.

Uma primeira vitória já foi obtida pelo Incra, que conseguiu no 1.º grau da Justiça Federal uma sentença que define que a União é a verdadeira

dona da área onde hoje está o assentamento Celso Furtado, o segundo maior do país, com 23 mil hectares. A empresa entrou com um recurso e os efeitos da decisão, por isso, estão suspensos. Ainda assim, a sentença tem mexido com os ânimos na região e o MST já anuncia a intenção de fazer novas ocupações na até o fim do ano. “Depois da sentença, houve uma correria para a região. Tinha mais de 300 famílias de Foz indo para lá. Há uma pressão enorme”, admitiu o secretário especial para Assuntos Fundiários, Hamilton Seriguelli.

Paralelamente, o Incra confirma que deve entrar com uma nova ação de nulidade de título, na tentativa de resgatar uma outra área de posse da Arauapel, de cerca de 15 mil hectares e onde hoje está o acampamento Dom Tomás Balduino. “Fizemos um estudo da cadeia dominial das terras da região e concluímos que a área de 15 mil hectares tem originalmente o mesmo título da área de Celso Furtado, que recentemente a Justiça entendeu pertencer à União”, antecipou o superintendente do Incra no Paraná, Nilton Guedes. Ele prevê que a nova ação de nulidade seja proposta até o fim deste mês.

A discussão sobre a propriedade da terra na região percorre séculos da história do Brasil. Para o Incra, a área é originalmente de domínio da União e, no passado, foi indevidamente concedida pelo estado do Paraná a particulares.

O diretor da Arauapel Tarso Giacomet disse ter convicção de que a decisão será reformada em outra instância. Para ele, a sentença é inconsistente. “A favor da Arauapel, não há versões ou teses, existem fatos documentados”, declarou. Informado pela reportagem sobre a possibilidade de uma nova ação de nulidade de título, Giacomet respondeu que o processo “não tem a menor chance de êxito”.

Na prática, a sentença não chega a interferir na vida dos trabalhadores rurais do Celso Furtado e no local, que já possui uma estrutura com escola, unidade de saúde e rede elétrica. O despacho avança, contudo, na discussão em torno da indenização que já havia sido passada pelo Incra a Arauapel.

Para a juíza federal Lília Côrtes de Carvalho de Martino, da 1.ª Vara Federal de Cascavel, que assina o despacho, a indenização de R\$ 75 milhões não é devida. “Haja vista que o particular não detinha o domínio do imóvel, não se trata de desapropriação indireta”, diz trecho da decisão.

CONTINUA

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TERRAS

Entenda onde ficam os assentamentos e os acampamentos do MST que envolvem a empresa madeireira Araupel:



ÁREA DA ARAUPEL

Hoje, a Araupel possui cerca de 30 mil hectares de terras entre as regiões de Pinhal Ralo e Rio das Cobras, espalhadas pelos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras. Originalmente, ela tinha cerca de 80 mil hectares, mas 49 mil hectares foram destinados aos assentamentos Ireno Alves, Marcos Freire e Celso Furtado nos últimos 20 anos. Agora, a empresa tenta a reintegração de posse de duas áreas ocupadas pelo MST nos últimos 12 meses. São os acampamentos Herdeiros da Luta e Dom Tomás Balduino.

município	áreas ocupadas	hectares Em milhares	famílias	começo da ocupação
Rio Bonito do Iguaçu região Pinhal Ralo	Assentamento Ireno Alves	16	934	entre 1996 e 1997
	Assentamento Marcos Freire	10	604	entre 1997 e 1998
	Acampamento Herdeiros da Luta 1º de Maio	-	1.438	maio de 2014
Quedas do Iguaçu região Rio das Cobras	Assentamento Celso Furtado	23	1.095	1999*
	Acampamento Dom Tomás Balduino	-	1.000	maio de 2015

* Foi a partir de 2003 que o acampamento começou a crescer. Em 2004, saiu o título provisório da terra para o Incra.

Fonte: Incra, MST e Araupel. Infografia: Gazeta do Povo.

NOVA FASE

No Brasil, a reforma agrária está em um terceiro momento, na visão do superintendente do Incra no Paraná, Nilton Guedes. Em uma primeira etapa, o Incra atuou como uma espécie de fiscalizador da função social da propriedade. Agora, a nova frente de atuação do Incra é resolver áreas de conflito,

priorizando regiões com baixo IDH. A partir daí, com foco nas áreas onde já há um conflito, o Incra abre frentes para solucionar a questão. Uma delas é buscar a nulidade do título da terra, a partir da investigação da cadeia dominial da área. Trata-se da chamada "reforma agrária vertical".

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

08 AGO 2015

Autoridades "têm sido permissivas", critica Arauapel

! Amadeireira Arauapel já obteve na Justiça Estadual duas reintegrações de posse referentes aos acampamentos do MST instalados hoje na região, o Herdeiros da Luta, em Pinhal Ralo, e o Dom Tomás Balduino, em Rio das Cobras. Na prática, contudo, a empresa ainda não conseguiu recuperar suas áreas.

Para o diretor da empresa, Tarso Giacomet, as atitudes das autoridades federais e estaduais "têm sido permissivas". "Eles não cumprem a reintegração de posse. Pelo contrário, estimularam os invasores, que passam a receber bolsa-família, bolsa-verde. Nenhuma atitude é tomada. Hoje, os grandes latifundiários na região são eles, o MST", critica.

Na avaliação da direção da empresa, o assentamento Celso Furtado se tornou "um balcão de negócios", devido à venda ilegal de loteamentos. "Tem lideranças políticas com cinco, seis lotes. Gente vendendo lote a R\$ 120 mil. Isso tudo sob um olhar complacente do Incra. É evidente que no meio disso tudo há gente boa e trabalhadora, mas eles estão servindo de massa de manobra", afirma Giacomet.

O Incra admite que há casos de loteamentos irregulares, quando há compra e venda de áreas ou permuta sem autorização, mas reforça que se trata de um número pequeno e que está sendo identificado. Hoje, existem 15 ações judiciais de reintegração de posse.

O superintendente do Incra no Paraná, Milton Guedes, explica ainda que o órgão permite "parcerias" dentro do assentamento, como acontece em 142 lotes. "No geral, são pessoas que já perderam a força de trabalho", diz ele.

Hamilton Seriguelli, secretário especial para Assuntos Fundiários, afirma que o governo estadual tenta "achar soluções pacíficas" para as disputas na área. "Tempo jurídico é diferente do tempo político. Não temos que ir para o conflito, nem pela empresa, nem pelo MST. Temos que ter cautela", declarou. (CS)

Entidade fala de preocupação com empregos e violência

! Secretário executivo da Associação dos Municípios Cantuquiguaçu, João Muniz diz que há uma preocupação na cidade de Quedas do Iguaçu com a manutenção dos empregos. "Não se sabe até quando a Arauapel vai resistir", afirma.

Segundo dados do grupo, Quedas do Iguaçu, que possui cerca de 30 mil habitantes, tem 2 mil pessoas trabalhando em todo o setor madeireiro. Só a Arauapel emprega 1,2 mil trabalhadores. Tanto o Incra quanto o MST argumentam que os assentamentos também contribuem com a economia local. "Nos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire são produzidos 300 mil litros de leite por dia. Isso é renda que fica no município", pontuou Lenon Wellington, responsável pela comunicação do MST. Outro ponto levantando por Muniz diz respeito ao aumento da violência. "A polícia não entra lá. Então vira um local para marginais. Em 2014, foram sete homicídios em Quedas. Neste ano, até o meio do ano, foram dez homicídios."

Procurada, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) não deu entrevista sobre o assunto. (CS)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Eles tentam criminalizar o movimento", diz o MST

08 AGO 2015

! A Araupel acusa o MST de promover danos ao meio ambiente e caça de animais nas áreas ocupadas pelos trabalhadores. Do outro lado, o MST sustenta que a empresa tenta "criminalizar" os trabalhadores e que a Polícia Militar "faz guarita na sede da Araupel". "Nós temos facção, foice e enxada. Eles têm milícia armada", afirma Lenon Wellington, que mora no acampamento Herdeiros da Luta e é responsável pela comunicação do MST.

"Nós temos um combinado coletivo: se houver caça, a pessoa tem que se retirar do acampamento", alegou Wellington. Em relação ao corte de árvores, Wellington contesta a empresa. "A gente corta sim e não faz isto de forma escondida. São pinus, não são árvores nativas. E nós cortamos para plantar comida, feijão, arroz, batata, abóbora."

Wellington também nega que os trabalhadores rurais tenham ameaçado funcionários da Araupel. "Nós fazemos resistência e luta. Então quando a gente tranca uma ponte, faz barreira, faz parte do nosso movimento, mas não impedimos ninguém de trabalhar. Inclusive, no nosso último acampamento, tem ex-funcionário da Araupel. Gente nascida e criada no campo e que cansou de ser explorado", diz ele.

De acordo com o Tenente Marcos Cesar Paluch, do Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde, não há necessidade de autorização prévia para o corte de árvores exóticas, como o pinheiro americano (pinus). "Nestes casos envolvendo os acampamentos, o problema é que a madeira seria da empresa. Então a retirada das árvores seria um furto", diz Paluch, acrescentando que a fiscalização na região é complexa. "Não conseguimos entrar nos acampamentos, mas fazemos operações de madrugada em vias onde poderiam passar caminhões com madeiras. Os veículos com madeiras da Araupel teriam notas, por exemplo", explica o tenente. Segundo ele, a última apreensão de madeira na região ocorreu no ano passado. (CS)

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Justiça eleitoral pede acesso a delação de Ricardo Pessoa

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro João Otávio de Noronha, vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) o compartilhamento da delação premiada do dono da UTC, Ricardo Pessoa. A intenção é usar o que o empreiteiro disse ao Ministério Público Federal na ação de investigação eleitoral proposta pelo PSDB contra a campanha de 2014 da presidente Dilma Rousseff.

Até agora, a delação premiada de Ricardo Pessoa, homologada pelo ministro Teori Zavascki — relator da Lava Jato no STF —, permanece em segredo de Justiça. Zavascki tem negado solicitações para ter acesso aos termos da colaboração. O entendimento é de que a delação só pode ser tornada pública após denúncia do Ministério Público Federal. “Não pode ter sigilo para a própria Justiça. Isso está equivocado. A ação penal não é mais importante do que a eleitoral. É tudo Justiça”, afirmou Noronha, relator da ação no TSE. Além de solicitar a delação, o ministro quer que Zavascki autorize o empreiteiro a prestar depoimento à Justiça Eleitoral antes do fim do sigilo sobre a delação.

Moro prorrega prisão temporária de irmão de Dirceu e de mais dois

Kelli Kadanus

O juiz federal Sergio Moro prorrogou nesta sexta-feira (7) por mais cinco dias a prisão temporária de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, irmão do ex-ministro José Dirceu, e de outros dois investigados na Lava Jato. Devem permanecer na carceragem da Polícia Federal (PF) de Curitiba, até a quarta-feira (12), o ex-assessor de Dirceu, Roberto Marques e Pablo Kipersmit, presidente da Consist Software, além do irmão de Dirceu. Os investigados foram presos pela PF na segunda-feira (3), na deflagração da 17ª fase da Operação Lava Jato. Os investigados Olavo Moura Filho e Julio Cesar dos Santos também foram presos na segunda-feira (3), mas a prisão não foi prorrogada pela Justiça. Foram presos ainda na 17ª fase da Lava Jato o ex-ministro José Dirceu e o lobista Fernando Moura. As prisões deles são preventivas, ou seja, não há prazo para que eles sejam liberados.

NOTA POLITICA

Teoria da conspiração

André Gonçalves / Gazeta do Povo



Essa é do blog Conexão Brasília, do jornalista André Gonçalves, correspondente da **Gazeta do Povo** em Brasília. Conta o blogueiro que mesmo sendo reverenciado em grande parte do país pelo trabalho contra a corrupção, o juiz federal Sergio Moro também tem oposição. Na sexta-feira (7) pela manhã, o tapume de uma construção na Asa Norte, na capital federal, amanheceu pichado com a inscrição: “**Moro é CIA! (foto)**” A tese das guerrilhas de internet de que ele teria ligações com o PSDB é antiga. Já com a agência de inteligência dos Estados Unidos parece novidade. E assim caminha o mundo das teorias da conspiração.

08 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Liminar suspende divulgação do Fies

▮ A Justiça Federal suspendeu na sexta-feira (7) a divulgação do resultado do processo seletivo do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) até que o Ministério da Educação (MEC) preste esclarecimentos sobre os critérios de distribuição das vagas no país.

A decisão foi tomada pelo juiz federal Francisco Renato Filho, após questionamento da Anima Educação, dona de instituições como UniBH, São Judas e Unimonte. A empresa apontou, segundo o documento, “inconsistências e desigualdades” na seleção do segundo semestre, que ofertou 61,5 mil novos contratos em todo o país.

“Cursos com conceito [de qualidade] maior e situados na mesma localidade receberam menos vagas do que cursos com conceito menor. Por exemplo: o curso de engenharia civil da impetrante, que possui conceito 4 [de 1 a 5], obteve aprovação de 20 das 90 vagas solicitadas, enquanto que o mesmo curso

do Centro Universitário Anhuera de São Paulo, com conceito inferior (curso autorizado), teve 46 vagas aprovadas”, relata o juiz.

Assim, ele pede que o MEC aponte de que forma foram fixadas as vagas por instituição participante do Fies. Até lá, ficam suspensos “os prazos de inscrição dos alunos e a divulgação dos resultados da pré-seleção e da lista de espera do Fies”.

O processo seletivo deste semestre foi encerrado na quinta-feira (6) e a divulgação do resultado está prevista para a próxima segunda (10). Procurado, o MEC informou que não vai comentar o assunto porque ainda não foi notificado da decisão.

09 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Prisão de Dirceu encaminha Lava Jato para “mentores” do esquema

Agora, expectativa dos investigadores é ligar caso de corrupção na Petrobras ao escândalo do mensalão, com ajuda do ex-ministro

Katna Baran

¶ A segunda prisão do ex-ministro José Dirceu, apontado agora como o criador do esquema de corrupção na Petrobras, inaugura uma nova era da Operação Lava Jato. O caso, que passou do “atacado para o varejo”, como citou na última semana o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio, deixou o mensalão — motivo da primeira prisão de Dirceu — bilhões de reais atrás do maior escândalo de corrupção do país.

Desde a primeira fase, em março do ano passado, a Lava Jato seguiu um curso próprio. Começou pelos doleiros, alvos das investigações iniciais da Polícia Federal (PF) sobre lavagem de dinheiro. Depois, passou pelos diretores da Petrobras que receberam propinas para manter o esquema na estatal, chegando, posteriormente, aos empresários que formavam o “clube” de empreiteiras para concorrer a licitações de obras.

Com o acúmulo de provas e depoimentos de 28 delatores, a operação encostou no núcleo político do esquema — a maioria investigada no STF. Quase um ano e meio depois da primeira fase da Lava Jato, a PF e o Ministério Público Federal (MPF) acreditam, finalmente, terem chegado no primeiro mentor do esquema, que seguiria o mesmo rumo do motivo da primeira prisão de Dirceu.

A diferença está nos números: enquanto o mensalão teria envolvido R\$ 101,6 milhões, o “petrolão” já está em R\$ 6,194 bilhões. A expectativa dos investigadores é formar a ligação entre os dois esquemas, contando com a colaboração de Dirceu. Segundo o advogado dele, porém, “o Zé morre na cadeia, mas não faz uma delação”.

A reportagem preparou um esquema explicando o que as investigações da Lava Jato apuraram até agora. Confira:

CONTINUA



716
procedimentos
instaurados



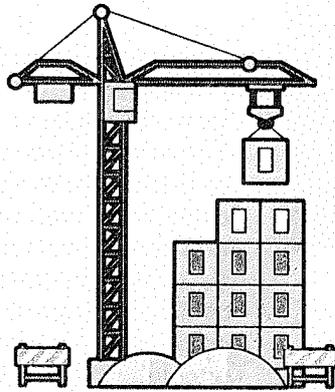
346
buscas e apreensões,
86 mandados de
condução coercitiva

143
pessoas

acusadas em 31
tipos de crime

Principais crimes das acusações

- Corrupção
- Crimes contra o sistema financeiro nacional
- Tráfico transnacional de drogas
- Formação de organização criminosa
- Lavagem de ativos



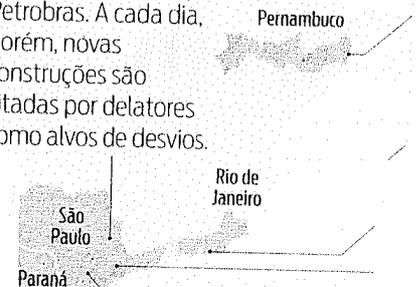
NÚCLEO ECONÔMICO

Formavam cartel para concorrer a licitações da Petrobras. Em reuniões, definiam quem ganharia cada contrato e qual seria o preço, conforme regras específicas. O valor final era inflado para o pagamento de propina a agentes públicos e benefícios dos empresários.

Fizeram acordo de delação premiada

PRINCIPAIS OBRAS INVESTIGADAS

A Operação Lava Jato centra as investigações em grandes obras da Petrobras. A cada dia, porém, novas construções são citadas por delatores como alvos de desvios.



RS 4,47 bilhões **RS 6,7 bi**

é o valor em acusações de improbidade administrativa contra 37 pessoas e empresas é o valor de ressarcimento pedido

Refinaria Abreu e Lima: a obra, localizada em Ipojuca (PE), teria marcado a criação do "clube" das empreiteiras. Parecer do MPF aponta superfaturamento de R\$ 613,3 milhões em obras.

Refinaria de Paulínia (REPLAN): localizada em Paulínia (SP), foi inaugurada em 1972. Executivos afirmaram a existência de pagamento de propinas à Diretoria de Serviços da Petrobras.

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ): em 2010, o TCU apontou indícios de irregularidades e superfaturamento na obra, localizada em Itaboraí (RJ). Previsto para entrar em operação em agosto de 2016, o Complexo foi iniciado em 2008 ao custo de R\$ 7 bilhões.

Refinaria Henrique Lage (REVAP): localizada em São José dos Campos (SP). Em delação premiada, executivos relataram pagamento de propina.

Refinaria Capuava (RECAP): localizada em Capuava (SP), entrou em operação em 1954. Polícia Federal encontrou menções à refinaria em planilhas do doleiro Alberto Youssef.

Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR): em Araucária (PR). A PF aponta sobrepreço de R\$ 1,4 bilhão em obras da unidade, que foram contratadas por R\$ 7,5 bilhões.



Marcelo Odebrecht **Preso**
Presidente da Odebrecht



Otávio M. de Azevedo **Preso**
Presidente da Andrade Gutierrez



Gerson de Mello Almada **Prisão domiciliar**
Vice-presidente da Engevix



José A. Pinheiro Filho **Solto, aguarda recurso**
Presidente da OAS



Dario de Q. Galvão Filho **Prisão domiciliar**
Pres. da Galvão Engenharia



Ricardo Pessoa **Prisão domiciliar**
Ex-presidente da UTC



Sérgio Cunha Mendes **Prisão domiciliar**
Vice-pres. da Mendes Junior



Dalton S. Avancini **Condenado, prisão domiciliar**
Presidente da Camargo Corrêa



Eduardo Hermelino Leite **Condenado, prisão domiciliar**
Vice-pres. da Camargo Corrêa



Milton Pascowitch **Prisão domiciliar**
Lobista da Engevix e da ERG



Júlio Camargo **Solto**
Diretor da Toyo Setal



Augusto Mendonça **Solto**
Presidentc da Toyo Setal

CONTINUA

09 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

28

acordos de colaboração
premiada com pessoas
físicas, sendo 22 públicos



53

cooperações
internacionais

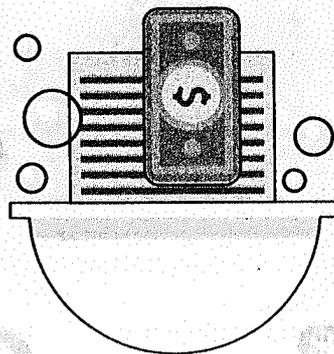


104

mandados de
prisão cumpridos

NÚCLEO FINANCEIRO

Intermediavam o pagamento de propina e lavavam o dinheiro para os beneficiários do esquema. O dinheiro ia das empreiteiras para o operador e, depois, a verba era repassada para o beneficiário, por movimentações no exterior ou pagamento de bens.



R\$ 2,4 bi
em bens dos réus
já bloqueados

R\$ 6,2 bi
é a propina total
dos esquemas

R\$ 870
milhões já
recuperados



Alberto Youssef 
Doleiro, operava o esq. para o PP

Condenado,
já preso



Fernando Soares
Lobista conhecido como Fernando
Baiano, seria operador do PMDB

Preso



João Vaccari Neto
Tesoureiro do PT, apontado como
operador do esquema pelo partido

Preso



Adir Assad
Operador do esquema

Preso



Carlos Habib Charter
Doleiro e dono do posto onde
começou a Lava Lato

Condenado,
já preso



Mario Góes 
Operador do esquema, lobista de
estaleiros e da Andrade Gutierrez

Preso



Hamylton Padilha 
Lobista do estaleiro Vantage

Solto



Shinko Nakandakar 
Operador que revelou pagamentos
feitos pela Galvão Engenharia

Solto



Júlio Faerman 
Lobista da SBM Offshore

Solto

CONTINUA

GAZETA DO POVO

NÚCLEO POLÍTICO

Alguns eram responsáveis por indicar e manter diretores na Petrobras. O dinheiro desviado era repassado, conforme percentuais específicos, a três partidos: PP, PT e PMDB. Inquéritos do STF apuram fatos relacionados a 55 pessoas – 49 com foro privilegiado.

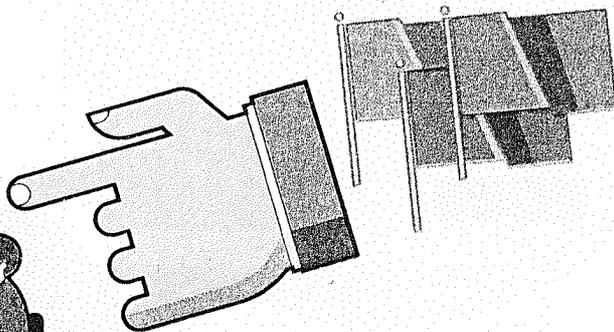
CONTINUAÇÃO



NÚCLEO ADMINISTRATIVO

Funcionários da estatal garantiam que apenas os integrantes do cartel fossem convidados para as licitações, faziam negociações diretas de contratos, celebravam aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam contratações e vazavam informações sigilosas.

- | | | |
|---|--|-------------------------------------|
|  | Paulo Roberto Costa
Ex-diretor de Refino e Abastecimento | Condenado, prisão domiciliar |
|  | Renato Duque
Ex-diretor de Serviços da Petrobras | Preso |
|  | Jorge Luiz Zelada
Ex-diretor da área Internacional | Preso |
|  | Nestor Cerveró
Ex-diretor da área Internacional | Condenado, já preso |
|  | Pedro Barusco
Ex-gerente da Petrobras e ex-diretor da Sete Brasil | Solto |



- | | | |
|--|-------------------------------------|--------------|
|  | Pedro Corrêa
Ex-deputado pelo PP | Preso |
|  | André Vargas
Ex-deputado pelo PT | Preso |
|  | Luiz Argôlo
Ex-deputado pelo SD | Preso |

STJ/STF

Última instância de julgamento e onde também são julgados os réus com foro privilegiado.



TRF

Segunda instância de julgamento.



O CAMINHO DAS PEDRAS DAS INVESTIGAÇÕES



Obs.: em cada núcleo, citamos apenas os principais envolvidos.

Fonte: MPF e Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Intolerância zero

Os antigos reis de Portugal não achavam de bom tom usar a primeira pessoa do singular em seus éditos. Ainda que suas decisões fossem pessoais — como mandava o figurino dos regimes absolutistas —, preferiam dirigir-se ao povo com mais modéstia. E daí adotavam a fórmula “Nós, el-rei, fazemos saber...”. É o chamado “plural majestático”.

O plural majestático também é usado com frequência pelo governador Beto Richa. “Somos intolerantes com a corrupção”, repete com a mesma modéstia dos soberanos portugueses a cada oportunidade em que precisa tratar de questões que envolvam desvios éticos na administração estadual.

A intolerância — singular ou plural —, no entanto, não se mostrou tão eficaz quanto quer fazer parecer, tantos são os casos que pipocam no governo. Nenhum governo está livre de maus comportamentos de seus servidores, nem o governante tem condições de estar atento a tudo que fazem seus subordinados.

Mas o que chama atenção é a longevidade dos muitos casos que vieram à tona só muito recentemente. A corrupção na Receita Estadual, por exemplo, segundo o que diz o Ministério Público, é coisa antiga e recorrente em todos os governos dos últimos 35 anos. Mas, nos quatro anos da primeira gestão de Richa, tomou dimensões inusitadas e com o formato de uma organização criminosa.

A intolerância pode ser, então, colocada em dúvida, já que — como demonstraram as investigações do Gae-co — o esquema de achiques e propinas praticado por agentes da fiscalização tributária tinha a participação de gente do círculo mais íntimo de amigos.

Apesar desta proximidade, Richa não notou nada e nenhuma providência parece ter tomado nos quatro anos em que viu circular em seu gabinete o primo distante Luiz Abi, apontando como coordenador do esquema. Nada percebeu de anormal também na atuação de um chefe da fiscalização que dividia com ele o volante de bólidos nas corridas das “500 milhas”. Ao contrário, este e outros chegados foram promovidos e alçados

a posições estratégicas na estrutura superior da Receita Estadual.

A intolerância foi cega também no caso de outro amigo — antigo companheiro de partidas de tênis — nos desvios de dinheiro público para a construção de escolas. Está preso o tal amigo, Mauricio Jandoi Antonio, ex-presidente da Fundepar e assessor da Governadoria, por ter sido pilhado num esquema que pagava como prontas obras que mal tinham saído do papel. Só se soube disso quando um servidor honesto da Secretaria da Educação, Jayme Sunié Neto, denunciou a maracutaia ao superior para, em seguida, ser inexplicavelmente exonerado.

Claro, como já foi frisado aqui, um administrador público de primeiro escalão nem sempre tem condições de tudo ver, como se tivesse olhos também na nuca. Um governante que seja singularmente intolerante com a corrupção teria criado sistemas mais eficientes de controle interno, de tal modo que seus olhos se multiplicassem e lhe dessem condições de tomar medidas mais imediatas. É no mínimo estranho nada se perceber durante tantos anos em que rolou solta a corrupção milionária na Receita Estadual e ao longo do tempo em que obras escolares inexistentes eram pagas.

E daí vem a pergunta inevitável: quantos mais esquemas ainda estão sendo operados? Quantos outros não foram descobertos e seus autores permanecem desconhecidos?

CONTINUA

09 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ok! Para fiscalizar os Poderes existem o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, a Justiça, a Polícia... — mas o meio mais imediato e eficaz para conter a corrupção seria o de, internamente, cortar o mal pela raiz sem esperar que estas instituições (quando e se o fizerem) revelem casos tão graves quanto os já revelados até aqui.

09 AGO 2015

GAZETA DO POVO

STJapura se ex-ministro negociou propina de R\$25 mi para PP e PT

● O Superior Tribunal de Justiça (STJ) investiga se o ex-ministro Mário Negromonte, atual conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, usou o Ministério das Cidades para negociar propina de R\$ 25 milhões que seria distribuída para partidos políticos. A suspeita é de que Negromonte acertou com o doleiro Alberto Youssef e com um sindicato da área de rastreadores qual seria a empresa que ficaria responsável pela implementação do sistema nacional de rastreamento de veículos automotores. O mecanismo seria aprovado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), órgão vinculado ao ministério. Segundo Youssef, um dos principais delatores do esquema investigado pela Operação Lava Jato, as propinas seriam pagas para o PP e PT.

A defesa de Negromonte chamou de ilação e temerária a abertura da investigação e pediu ao STJ o arquivamento do inquérito contra o ex-ministro. Os advogados argumentam que Negromonte apresentou em 1997, quando era deputado federal, um projeto defendendo a adoção do sistema, 13 anos antes de virar ministro, sendo que ele foi motivado pelos alarmantes índices de furto e roubo de veículos no país.

09 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Médicos ameaçam ir à Justiça contra decreto de Dilma

Entidades dizem que cadastro nacional de especialidades abre brecha para mudança em critérios de formação

BRASÍLIA
Folhapress

Após gerar forte reação dos profissionais de saúde contra o programa Mais Médicos, a presidente Dilma Rousseff pode enfrentar novo embate com a categoria: entidades ameaçam entrar na Justiça contra o decreto que cria o cadastro nacional de especialistas. Sete entidades, entre elas o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), afirmam que o texto abre brechas para uma mudança nos critérios de formação de especialistas, o que poderia resultar em um profissional menos qualificado.

O documento prevê um

prazo de três meses para o Conselho Nacional de Educação (CNE) "regulamentar" um "modelo de equivalência" entre as formações hoje disponíveis. Além disso, o grupo faz ressalvas à previsão de que o Ministério da Saúde passe a centralizar informações de um cadastro nacional de especialistas e, a partir disso, "propor a reordenação de vagas para residência médica" e "registrar os profissionais médicos habilitados para atuar como especialistas no SUS".

Oposição

Setores da oposição ao governo já manifestaram posição semelhante à categoria. O DEM afirmou que irá apresentar na Câmara um projeto de decreto legislativo para sustar a medida do governo. "É o AI-5 da medicina", disse o líder da bancada, Mendonça Filho (PE), citando o Ato Institucional símbolo do auge da Ditadura (1964-1985).

Na nota publicada pelas entidades, o governo é acusado de fazer uma "interferência autoritária" na formação de especialistas, sem dialogar com os médicos. "Uma análi-

REAÇÃO

O Ministério da Saúde reagiu às críticas das entidades médicas: o secretário de Gestão do Trabalho e Educação da pasta, Heider Pinto, lamentou a reação da categoria e afirmou que o posicionamento é resultado de "desinformação". "O decreto não retira e nem muda nenhuma das prerrogativas das entidades médicas. O que ele faz é unificar as informações", explicou.

se rigorosa dessas normas está em curso com o objetivo de identificar possíveis rumos a serem adotados na esfera judicial, com base em suas fragilidades e inconsistências", diz trecho da nota.

Diretor de comunicação da Associação Médica Brasileira (AMB), Diogo Sampaio diz que o decreto "compromete a formação futura dos médicos no país". "Novamente [o governo adota uma] campanha publicitária ao invés de discutir seriamente a qualidade do atendimento", concluiu.

GAZETA DO POVO

Saudades do “engavetador”

10 AGO 2015

Rodrigo Janot merece permanecer à frente da Procuradoria-Geral da República, mas deputados e senadores investigados pela Lava Jato conspiram para derrubá-lo

Houve tempo em que um procurador-geral da República era chamado de “engavetador geral”, tal era sua suposta inércia ou mesmo disposição para erguer barreiras a investigações que envolvessem graúdos suspeitos de corrupção. Durante a campanha de reeleição, em 2014, a presidente Dilma Rousseff repetiu inúmeras vezes que nos 12 anos de governo petista (dois mandatos de Lula e um dela) não houve nenhum “engavetador” — um contraste positivamente marcante em relação ao do antecessor, o tucano Fernando Henrique Cardoso. E afirmava que nunca antes na história a Procuradoria-Geral, assim como a Polícia Federal, foram tão livres e equipadas para investigar, prender, denunciar e entregar à Justiça quem quer que fosse flagrado em atos de corrupção. A retórica, às vezes, chegava até a ignorar que tais órgãos servem ao Estado, e não ao governo, confundindo autonomia com liberalidade do mandatário de plantão.

Mas agora, em Brasília, há quem sinta saudades de um “engavetador”! Forças ocultas e outras declaradas movem-se nas sombras para evitar que o procurador-geral Rodrigo Janot seja reconduzido ao cargo. Ele obteve 81% dos votos dos procuradores e promotores que compõem o Ministério Público Federal na eleição da última quarta-feira, dia 5. O resultado é demonstrativo do prestígio e do respeito que seus pares lhe devotam pela atuação que desenvolve à frente de muitos casos de repercussão, de modo especial o de conduzir as investigações do MPF no âmbito do petróleo.

Janot está entre os responsáveis pelo fato de grandes figurões do mundo político e empresarial, com sem foro privilegiado e de diferentes partidos, estarem na mira da Justiça. Alguns estão presos, outros já viraram réus de ações penais — um fato cujas dimensões históricas superam o escândalo do mensalão, esquema em que também estiveram envolvidos e acabaram sentenciados à prisão quase três dezenas de políticos, banqueiros e operadores. Assim como seu antecessor imediato, Roberto Gurgel — que chefiou a PGR entre 2009 e 2013 —, não “engavetou” o processo do mensalão, Janot segue a mesma linha no caso do petróleo.

Por essas e outras razões seria natural a renovação do mandato de Rodrigo Janot: foi o mais votado entre seus pares e tem dado mostras à nação de independência institucional e de segurança jurídica nesta virada histórica contra a impunidade que o país aplaude, tarefa que se tem completado com a atuação firme do juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba. A presidente Dilma Rousseff, a quem compete indicar nome para o posto de procurador-geral, respeitou os atributos reunidos por Janot e já anunciou que encaminhará seu nome ao Senado, última instância de aprovação ao indicado. Depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, também o plenário terá de aprovar a manutenção de Janot no cargo.

Entretanto, às escuras, formam a “turma do contra” alguns suspeitos de envolvimento nos esquemas de rapinagem de recursos da Petrobras — dentre os quais o presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha, apontado por um delator como beneficiário de R\$ 5 milhões em propina. Outro é o ex-presidente da República e atual senador Fernando Collor — que, irritado com seu indiciamento como receptor de R\$ 20 milhões, usou a tribuna para proferir palavrões (inaudíveis, mas percebidos por leitura labial) contra Janot. O presidente do Senado, Renan Calheiros, outro dos ilustres citados na Lava Jato, entra na fila dos que gostariam que a chefia do Ministério Público Federal fosse agora entregue a um “engavetador”.

Se ao Senado basta uma maioria contrária a Janot na CCJ ou no plenário, na Câmara, que não tem voz no processo de nomeação, articula-se uma proposta de emenda constitucional que proíbe ao procurador-geral ser reconduzido a um novo mandato. A emenda, sugestão do deputado Paulinho da Força, do Solidariedade, foi “contrabandeada” pelo paranaense Osmar Serraglio (PMDB), relator da PEC que originalmente tratava apenas de critérios de escolha para ministros do Supremo Tribunal Federal.

Felizmente, a opinião pública brasileira acompanha, atenta, o desenrolar dos fatos. E condena quaisquer movimentos que venham a prejudicar as investigações e a penalização dos corruptos, esperando de seus senadores que o bom senso prevaleça sobre o corporativismo que busca proteger colegas que cometem irregularidades.

Estrutura especializada ajuda Moro a julgar a Lava Jato

Varas que analisam apenas crimes do colarinho branco tornam o processo mais rápido e eficaz

Ana Krüger, especial para a Gazeta do Povo, com agências

Apesar de grande parte dos avanços da Operação Lava Jato serem atribuídos ao juiz Sergio Moro, a estrutura das varas especializadas em julgar crimes do colarinho branco é essencial em casos como esse. A 13.ª Vara Federal de Curitiba, na qual Moro está lotado, é uma das 27 varas desse tipo existentes no país. Hoje, a maioria delas se dedica apenas a casos de crimes contra o sistema financeiro. Nem sempre foi assim.

Em 2003, uma lei federal determinou a criação dessas varas especializadas pelo país. Por enquanto, essas 27 varas estão espalhadas em 14 estados, além do Distrito Federal. Nos outros 12 estados brasileiros, esses processos ainda caem nas varas criminais comuns.

E possuir uma estrutura especializada pode fazer toda a diferença nos rumos do combate a esses crimes.

Com a nova lei, as varas especializadas acabaram forçando também a capacitação de servidores técnicos da Justiça, do Ministério Público e da Polícia Federal. As investigações passaram a contar cada vez mais com dados de outros órgãos estatais que atuam no combate à corrupção. A estrutura e corpos técnicos de alguns órgãos foram aperfeiçoados nos últimos anos. Foram atingidos pela mudança o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Receita Federal, o Tribunal de Contas da União (TCU), a Corregedoria-Geral da União (CGU), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre outros.

Divisor de águas

Além da legislação sobre as varas especializadas, um marco no combate à lavagem de dinheiro no Brasil ocorreu em 1998, quando foi sancionada a Lei 9.613, que criminalizou a atividade. No mesmo ano, surgiu o Coaf, órgão do Ministério da Fazenda que identifica

movimentações bancárias suspeitas. A Operação Lava Jato, por exemplo, começou a partir de notificações do Coaf. Outro marco foi a aprovação, em 2012, da Lei 12.683, que tornou mais rigorosas as penas de crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores.

Não há dados consolidados sobre o tempo médio dos processos e nem do crescimento das ações protocoladas em varas especializadas em crimes financeiros desde a criação da primeira — em 2003, no Rio Grande do Sul. Entretanto, a abertura de novas ações a cada ano em alguns estados revela uma evolução rápida. Em Minas Gerais, por exemplo, os processos de crimes financeiros saltaram de 57 para 710 em apenas cinco anos, entre 2003 e 2008. Com a solução dos casos, esse número agora está em 181.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COLARINHO BRANCO

10 AGO 2015

Paraná é o terceiro estado com mais processos

Levantamento realizado pelo jornal *O Globo* mostra que o Paraná é o terceiro estado que mais possui processos envolvendo crimes financeiros: 613. Só perde para São Paulo e Mato Grosso. Tramitam no país 5.861 processos desse tipo. Segundo dados da Justiça Federal do Paraná, nos primeiros seis meses deste ano, 262 processos foram distribuídos para o juiz Sergio Moro. Ao todo, nesse período foram distribuídos 402 processos para a 13.^a Vara Federal de Curitiba. As informações da Justiça mostram que a média de tempo entre a distribuição do processo e a conclusão para a sentença no primeiro semestre deste ano foi de 353 dias. A Vara proferiu 117 sentenças de janeiro a junho de 2015.

No início do ano, o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) chegou a aprovar uma determinação que impediu, por um período determinado, o envio de novos processos para a 13.^a Vara Federal de Curitiba. O principal motivo para a resolução foi o acúmulo de casos durante a Operação Lava Jato. **(AK)**

613

é o número de processos envolvendo crimes financeiros no Paraná. Isso é mais de 10% do total de processos desse tipo no Brasil. O estado está atrás apenas de São Paulo e do Mato Grosso.

10 AGO 2015

GAZETA DO POVO

"Crimes do colarinho branco começam a ser punidos no país", diz especialista

Ana Krüger, especial para a Gazeta

ENTREVISTA

Francis Beck, membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

A prova de que a impunidade envolvendo casos de crimes contra o sistema financeiro deixou de ser regra veio da análise de mais de 16 mil decisões judiciais feita por Francis Beck. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos, RS), ele mergulhou em processos que envolviam crimes como lavagem de dinheiro ou crimes no sistema financeiro. As informações resgatadas entre 2000 e 2012 foram reunidas em sua tese de doutorado e mostram que a impunidade desses crimes está deixando de ser regra. Entretanto, o número de condenações ainda é baixo. O advogado conversou com a reportagem da **Gazeta do Povo**.

Sua tese mostra que a quantidade de investigações envolvendo crimes do colarinho branco cresce a cada ano. Quanto?

Há menos de 30 anos sequer se falava em crime de colarinho branco no Brasil. Porém, a realidade empírica apresentada indica que muita coisa

mudou em pouco tempo. As condenações nesse período (2000 a 2012) aumentaram mais de 600%. Na Polícia Federal entre 2003 e 2010, que é o período disponibilizado, houve um aumento de 1.500% de aumento do número de operações que envolviam crimes de "colarinho branco". Mas é claro, não adianta a PF investigar se isso não chega até o Judiciário.

Então nos casos de crimes do "colarinho branco" são poucos que chegam efetivamente a cumprir a pena?

Analisando dados do Departamento Penitenciário, o que acontece é que a gente não vê pessoas condenadas pelo crime de colarinho branco cumprindo pena. Mas, pelo meu estudo, isso é uma questão de tempo. Porque há dez anos esses crimes também não eram investigados. Se era investigado não chegava no Judiciário, se chegava não era condenado. Estamos em um momento em que os crimes do colarinho branco estão começando a ser punidos de forma mais disseminada no Brasil.

Desde 2003, há a legislação que prevê a criação de varas especializadas nesses crimes. Isso ajuda no combate a esses crimes?

As varas formam uma estrutura de assessores, juízes, procuradores e até policiais que atuam juntos especificamente para esse tipo de criminalidade. O tipo de prova, de casos, os termos são os mesmos, aumenta a facilidade de buscar uma solução no processo.

A legislação brasileira ainda é branda quando aborda crimes do colarinho branco?

A legislação não é muito diferente da utilizada na Espanha, Portugal, ou outros países europeus. A grande questão é de inteligência, de como o Estado vai perceber esse crime sendo descoberto. É muito mais uma questão de aparatos das polícias, do Ministério Público e do Judiciário.

Qual o impacto da Operação Lava Jato para o processo jurídico brasileiro?

No mensalão e na Lava Jato pessoas de grande status social, donos de empreiteiras, políticos foram presos preventivamente. Nunca se imaginou que isso pudesse acontecer. Claro que tem o julgamento ainda [da Lava Jato], mas muitos denunciados devem vir a cumprir pena efetiva.

Operações como a Lava Jato podem ter resultados como a queda dos crimes do colarinho branco?

Há uma tendência de que as pessoas que estejam cometendo esse tipo de crime tenham maior receio de serem identificadas e de ser punidas. Vai continuar acontecendo, mas deve haver redução.

CONTINUA

10 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A sensação de impunidade com relação a esses crimes mudou? Por quê?

Principalmente por esse destaque que a mídia acaba dando para a Lava Jato, a população acaba tendo essa ideia, que não tinha há dez anos, de que a pessoa com poder pode chegar ao Judiciário e ser processada. Uma pessoa rica, importante e com destaque social tem chance de ser presa? Hoje, qualquer pessoa lembra da Lava Jato e começa a modificar esse entendimento que antes prevalecia.

“Há uma tendência de que pessoas que cometem esse tipo de crime tenham maior receio de serem identificadas e punidas.”

10 AGO 2015

GAZETA DO POVO

OPERAÇÃO RADIOATIVIDADE **Moro vê plágio em** **comprovação de** **prestação de serviços**

O juiz federal Sergio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, viu indícios de plágio em dois documentos apresentados a ele pela defesa de Ana Cristina Toniolo, filha do presidente licenciado da Eletronuclear, almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva. Papeis em nome da Aratec Engenharia, empresa controlada por Ana Cristina e pelo pai, foram anexados aos autos para justificar serviços prestados. Segundo o juiz, os documentos são plágio de artigo apresentado num congresso de pesquisa e desenvolvimento em petróleo e gás. A Lava Jato suspeita que R\$ 4,5 milhões depositados na conta da Aratec têm origem em propinas para o almirante no âmbito das obras de Angra3. O almirante está preso desde o dia 28 de julho, e sua prisão preventiva foi declarada no dia 7.

08 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Sem cabimento

No País que corta investimentos em habitação, educação e saúde, por falta de dinheiro, é uma ofensa o Poder Judiciário propor o aumento de 16% nos salários dos seus integrantes. Conforme a proposta que está sendo finalizada com a coordenação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, os vencimentos dos ministros passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil. O efeito cascata será inevitável, pois o valor altera o teto do funcionalismo público.

Bloqueio de dinheiro

O deputado estadual Pastor Edson Praczyk (PRB) sofreu bloqueio em contas bancárias até o valor de R\$ 308 mil para eventual ressarcimento aos cofres públicos, caso seja condenado por improbidade administrativa. A medida atinge também o assessor legislativo Luiz Alberto de Lima, segundo a RPC TV. Eles são acusados pelo Ministério Público do Paraná de terem ficado com salários de uma servidora na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná.

MAZZA

Trânsito

Com a decisão do STF que permite a guarda municipal fiscalizar o trânsito ganha-se um reforço importante, especialmente, no caso de Curitiba em que os agentes da área não passaram por concurso e simplesmente foram credenciados pela Urbs o que lhes retira a fé pública e o poder de polícia.

AGENDA

Dia do Advogado

Curitiba - O Salão Azul do Clube Curitibano será palco do tradicional Jantar dos Advogados, promovido anualmente pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná para celebrar o Dia do Advogado - comemorado em 11 de agosto. O evento acontece no dia 14 de agosto, sexta-feira, a partir das 21 horas. Os convites já estão à venda na Tesouraria da Seccional e nas Salas do Advogado da Justiça do Trabalho do Fórum Cível I e II e do TJ-PR. Além da capital paranaense, outras 47 cidades onde a OAB possui subseções também irão celebrar a data.

08 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Saúde tenta conter surto de gripe A em prisão

Após nove casos confirmados, cerca de 470 presos da carceragem da 15ª SDP em Cascavel receberam a vacina; unidade está superlotada

Celso Felizardo
Reportagem Local

Cascavel – Cerca de 470 presos foram vacinados contra a Gripe A (Influenza H1N1) ontem, na carceragem da 15ª Subdivisão Policial, em Cascavel, no Oeste do Estado. Além dos detentos, familiares e funcionários da unidade prisional também receberam a vacina, somando cerca de 600 doses distribuídas. A medida foi tomada pela Secretaria Municipal de Saúde para conter o surto de doença na cadeia. Nesta semana, cinco presos e quatro agentes foram diagnosticados com a Gripe A.

O trabalho começou logo pela manhã. Enquanto uma equipe de profissionais da Saúde vacinava os presos, outra atendia os visitantes. Os familiares foram obrigados a usar máscaras para entrar na unidade. Todos receberam a vacina, apesar de não ser obrigatória. A vacinação prossegue até domingo. O chefe das cadeias públicas das 8ª e 9ª regiões, Sérgio Reinildo Silva dos Santos, informou que nem todos os presos haviam sido imuniza-

dos na última campanha.

Santos informou que as nove pessoas que contraíram a doença estão sendo medicadas com Tamiflu e passam bem. “Com a imunização de todos os presos e das pessoas que circulam pela carceragem vamos neutralizar este surto e trabalhar para que tudo volte à normalidade dentro da carceragem”, comentou.

A confirmação do surto, há uma semana, provocou a suspensão das visitas na carceragem. Os presos se revoltaram e iniciaram uma tentativa de rebelião. Foram necessárias cinco horas de negociação para controlar o tumulto. Na última quinta-feira, os policiais registraram outra ocorrência na carceragem. Durante uma revista, foram encontrados 32 celulares e estoques. Um grupo de presos se recusou a ir para o solário. Os policiais usaram munição não letal e seis detentos ficaram feridos.

A carceragem abriga quatro vezes mais presos que a capacidade. A superlotação é motivo de apreensão constante na sede da Subdivisão da Polícia Civil. O delegado-

chefe da 15ª SDP, Adriano Chohfi, reivindica a transferência dos presos para uma nova estrutura. Os sindicatos que representam os policiais civis no Estado têm feito constantes reivindicações para que os presos sejam retirados das delegacias. A Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) começou o esvaziamento das carceragens pela capital e afirma que tem transferido de 100 a 150 presos semanalmente para o sistema prisional.

MARINGÁ

A demolição de parte da estrutura do minipresídio da 9ª Subdivisão Policial de Maringá foi suspensa na manhã de ontem. As máquinas chegaram a ser levadas até o prédio, mas retornaram para o pátio da prefeitura. Uma liminar da Vara de Execuções Penais (VEP) impediu a transferência dos últimos 47 presos do minipresídio. Seguindo a juíza Jane dos Santos Ramos, antes da demolição e das transferências é preciso dar condições para que a Casa de Custódia possa abrigar todos os presos.

FOLHA DE LONDRINA

Moro estende por mais 5 dias a prisão de irmão de Dirceu

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, prorrogou na tarde de ontem a prisão temporária do irmão do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil/Governo Lula), Luiz Eduardo Oliveira e Silva, por mais 5 dias. A medida alcança também o braço direito de Dirceu, Roberto Bob Marques, e de Pablo Alejandro Kipersmit. Os presos em caráter foram ouvidos pela PF, mas não esclareceram detalhes importantes para a investigação. Bob e Luiz Eduardo negaram qualquer irregularidade ou disseram não se recordar de situações e relacionamentos do ex-ministro e da empresa dele, a JD Assessoria.

Os investigadores alegaram necessidade de mais tempo para analisar a documentação apreendida durante buscas no início da semana.

Todos são investigados na Operação Pixuleco e foram presos temporariamente na última segunda-feira. O juiz Moro atendeu pedido da Polícia Federal e da Procuradoria da República para prorrogação da prisão dos investigados.

O juiz da Lava Jato ressalta que a prorrogação da temporária não visa arrancar delações premiadas. "A medida, por evidente, não tem por objetivo forçar confissões. Querendo, poderão os investigados permanecer em silêncio durante o período da prisão, sem qualquer prejuízo a sua defesa".

Ele alertou: "Não haverá, por evidente, nova prorrogação."

O próprio ex-ministro José Dirceu é o alvo maior da Pixuleco. Ele foi preso em regime preventivo.

08 AGO 2015

09 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Segurança Jurídica

Há uma constante a demonstrar que em nosso sistema federalista é difícil a carga contra autoridades estaduais no âmbito judicial. Aqui há muitos exemplos como o da Operação Gafanhoto no Legislativo estadual, que ficou anos breçada porque dois deputados (Barbosa Neto e Takayama) haviam sido eleitos federais o que alterava a questão do foro e cujos efeitos condenatórios não se fizeram sentir, tanto que o caso dos "Diários Secretos", posterior, teve solução alcançando o diretor-geral Michel Abib e outros funcionários e sem atingir, sequer por prevaricação, algum deputado da Comissão Executiva. Também a Comissão de Ética arquivou uma representação contra o ex-presidente e hoje titular da Comissão de Constituição e Justiça, Nelson Justus.

Rituais do convívio na sociedade cartorial são muito fortes e revelam que é mais fácil vir uma sanção de fora (Tribunal de Contas da União, Polícia e Justiça federais) do que internamente. Mesmo no período militar, em que pese a supressão das garantias, para chegar ao impedimento de Leon Perez foi preciso a excepcionalidade da atuação do empresário Cecílio do Rego Almeida junto com órgãos de inteligência para que a denúncia fosse formalizada e constrangesse o governador à renúncia.

Um caso surpreendente foi o da licitação do Anexo do Tribunal de Contas, hoje em andamento, em que alto funcionário foi flagrado com R\$ 200 mil entregues pelo vencedor da concorrência e cuja gravação telefônica que, deu origem à atuação do Gaeco, foi considerada irregular por decisão unânime de uma câmara criminal. Agora, também se percebe que o apurado pela Operação Publicano sofre restrições judiciais e que se estendem ao parante distante do governador, o já célebre Luiz Abi Antoun, apontado como um dos líderes da gangue.

Também a decisão do presidente do TJ de deixar a Publicano e a Valdemort a cuidado do juiz criminal de Londrina, que a OAB apoiou, fica prejudicada com o entendimento de que houve nos casos apontados falhas formais e substanciais.

Como a repercussão das denúncias gerou expectativas não satisfeitas, o que se viu nas concessões de habeas corpus e em bloqueio parcial das acusações, dá para perceber que isso não ocorre na Lava Jato em que o cuidado com as provas sustentam as afirmações de desvios e corrupção, de forma tão veemente que não há espaço para a contestação.

O caso Richa

A questão do massacre de 29 de abril acabou gerando, por seu impacto social e político, a denúncia contra o governador, seu secretário de Segurança mais os comandantes militares, pelo crime de improbidade administrativa. Um dos juízes que recebeu a matéria declarou-se incompetente e que a seu ver o apropriado seria transferi-la para a Vara da Fazenda Pública. Esse ritmo não corresponde ao que se vê na Lava Jato, processo presidido por um magistrado, Sérgio Moro, que já tem em seu currículo o megachuncho internacional do Banestado, da CC5, que revelou o doleiro Youssef, gênio do petróleo e que teve participação no incidente até agora não julgado da recuperação de créditos, Copel-Olvepar.

Se a denúncia contra o governador e seus auxiliares já foi algo fora das nossas praxes, percebe-se na população um ceticismo muito forte de que isso tenha uma consequência efetiva pela força das amarras parenterais e políticas de nossos hábitos oligárquicos, tanto que a distância entre Curitiba e o segundo polo urbano do Paraná, Londrina, nesse particular, é galática, pois até hoje não houve o enquadramento formal do ex-presidente da Câmara Municipal da capital João Claudio Derosso, enquanto ao Norte foram cassados dois prefeitos e afastados dezenas de vereadores em casos de fraude equivalentes.

Mesmo processados, os acusados do AMA/Comurb, até hoje não foram alcançados em restrições patrimoniais, passados mais de 15 anos.

E agora com a maior naturalidade se viu a decisão do Tribunal de Contas que nada teve a opor à manobra governista de apropriação do capital do fundo de pensão estadual, que tramita na instância superior. Esse ajuste é normal como é também o TC aprovar os balanços do governo, embora evidenciando restrições técnicas e doutrinárias. Já surpreende a intervenção positiva do TC no caso das obras na pasta da Educação com pagamentos desproporcionais e indevidos.

INFORME FOLHA DE LONDRINA

Justiça

O secretário de Fazenda de Londrina, Paulo Bento, afirmou que a alteração no valor venal “é uma questão de justiça com essas pessoas, porque desde 2001 a inflação não era corrigida para eles”. Ele disse que a mudança valerá para os lançamentos feitos em 2016 e vai beneficiar cerca de 15,8 mil contribuintes. Originalmente, o projeto de lei foi apresentado pelo vereador Marcos Belinati (PP), mas acabou encampado pelo Executivo devido ao vício de iniciativa. O beneficiário deverá ser proprietário de um único imóvel, independentemente do número de edificações nele construídas, para ter direito à isenção.

09 AGO 2015

Odebrecht nega saída de advogada

A assessoria da Odebrecht informou, em nota oficial, que a advogada Dora Cavalcanti, que representa o presidente de Marcelo Odebrecht e que fez críticas ferrenhas à atuação da Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato, não vai deixar a defesa de seu cliente e dos demais executivos da empresa. Boatos de que ela renunciaria à causa surgiram anteontem, quando foi noticiado que Nabor Bulhões iria assumir a defesa da Odebrecht. Ele que já foi advogado do ex-presidente e atual senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), na realidade já trabalha na mesma equipe que Dora na Lava Jato. A assessoria da Odebrecht também negou qualquer possibilidade da defesa tentar alguma negociação de colaboração premiada com os procuradores do MPF. O assunto foi aventado por alguns veículos da mídia, depois que novos “personagens” deram indícios de que estão para fechar uma delação. A proposta de uma negociação teria sido discutida reservadamente diante de um panorama que se mostra complicado para os próximos meses. Entretanto, a assessoria também rechaçou esta informação.

Perrengue para chegar no CMP

Famíliares e advogados dos presos da Lava Jato e demais detentos que estão no Complexo Médico-Penal (CMP), em Pinhais, na Grande Curitiba, tiveram que contar com a ajuda de moradores para poder chegar ao local na última sexta-feira. A queda de uma árvore perto dos fios de tensão bloqueou a passagem que dá acesso à unidade penal por pelo menos uma hora. Sexta-feira é dia visitas e, desde que os investigados dentro da operação que apura o megaesquema de desvios de dinheiro público, foram transferidos para o CMP, a movimentação tem chamado a atenção da população das redondezas.

OPINIÃO DO LEITOR

Aumento do Judiciário

Muito se tem falado sobre o pseudo aumento do funcionalismo do Judiciário, esquecendo, porém, que esse aumento está sendo pleiteado para os funcionários e não para os magistrados e ministros, etc. Até bem pouco tempo, houve aumento e mais aumento para os ministros do Supremo, juízes. Já os funcionários, que há 12 anos ou mais não recebem nada de nada, ficaram chupando o dedo. Estão esquecendo que os ministros e juízes podem ser a escada, porém, os funcionários representam os degraus e, escada sem degraus, se torna inútil. Pensem nisso e, principalmente, que eles (os funcionários) também possuem seus compromissos com família, etc.

EDMILSON ASSIS DOS REIS (autônomo) – Londrina

09 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

'Polícia reflete violência da sociedade'

Sociólogo alerta que cultura brasileira é assentada na agressividade e na educação pelo castigo, o que explica as ações truculentas dos policiais

Carolina Avansini
Reportagem Local

A violência policial reflete a violência da sociedade. Esta é a opinião de Rodrigo Augusto Prando, professor de sociologia da Universidade Mackenzie, para quem a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública reflete a realidade de um país cuja cultura é assentada na agressividade. "A pesquisa tem fundamento. Acredito, porém, que o erro não está apenas na polícia, mas também na violência da sociedade", afirma.

Segundo ele, a polícia brasileira faz parte de uma sociedade que educa crianças com castigos físicos e ensina através da violência ao invés da argumentação. "O brasileiro é mais passional e emotivo do que racional. A polícia se forma nesta cultura", reforça, lembrando que a diferença do policial para o cidadão comum é que o primeiro representa o Estado e tem legitimidade para o uso da força, "uma exclusividade da polícia nas sociedades democráticas e republicanas". "É preciso lembrar que as pessoas também temem o bandido, o traficante... É a violência da sociedade que gera sensação de medo", diz.

O professor diz que uma

outra explicação para o resultado do estudo é a memória da ditadura militar, quando polícia e exército exerceram um poder além do previsto na Constituição.

Para ele, a solução para minimizar o medo está em iniciativas como polícia comunitária. "Quando isso ocorre, a tendência é substituir o medo pela colaboração. Mas essas experiências são novas na sociedade brasileira. Em muitos países a polícia não anda armada. Por outro lado, no Brasil, em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, é normal ver a polícia e o exército nas ruas logo que você sai do aeroporto. É uma sensação muito ruim", classifica.

Sobre a maior sensação de medo entre a população pobre e negra, Prando reforça que a polícia é racista porque a sociedade brasileira é racista. Além disso, a corporação faz policiamento ostensivo nas regiões centrais da cidade, mas só vai até as periferias em situações de confronto, o que justificaria a percepção de risco relatada pelas pessoas que vivem nestes locais.

FALTA DE CONFIANÇA

Para o coronel da reserva César Alberto Souza, diretor de comunicação da Associação de Defesa dos Direitos dos

Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (Amai), o resultado da pesquisa não surpreende. "A polícia sempre age representando os 'nãos' da sociedade, cumpre o que definimos que os cidadãos não devem fazer. É natural que pouco mais da metade dos entrevistados tenha medo da polícia", considera, destacando que "a polícia ser temida não é algo tão ruim como parece".

O mais preocupante, segundo ele, é uma pesquisa anterior que detectou que o índice de confiança dos brasileiros na polícia é de 50%. "É um índice baixo, explicado pela situação da polícia brasileira, que não é de ciclo completo e por isso não apresenta soluções para o cidadão", critica.

O baixo índice de resolutividade dos problemas, segundo ele, faz com que a população perca a confiança no trabalho da corporação.

"Também falta definição sobre o financiamento da segurança pública. A polícia tem que dar conta, mas não tem contrapartida", critica. Por fim, cita as leis brasileiras, que considera ultrapassadas, como outra causa da falta de confiança. "Não facilitam a punição dos culpados. Como pode o crime organizado nascer dentro das cadeias?", questiona o coronel.

CONTINUA

09 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Estudante critica postura truculenta

Aos 23 anos, a estudante universitária Jaqueline Vieira conviveu diariamente com ações violentas da polícia na zona oeste de Londrina. Nascida no Jardim Olímpico, assistiu o desenvolvimento de vários bairros considerados “violentos” na região, como João Turquino, Campos Verdes e Maracanã. “A ação da polícia sempre foi truculenta”, diz ela, que no início do ano foi para o Rio de Janeiro estudar Antropologia na Universidade Federal Fluminense e se assustou com a naturalidade com que a truculência policial é encarada pelos cariocas.

“Moro na zona norte e esses dias fui visitar um parente da minha tia no morro do Jacaré, que não é

totalmente pacificado. Na entrada, tinha três policiais com armas que eram do tamanho de metade do meu corpo. Fiquei muito assustada, mas minha tia apenas disse que ‘era assim mesmo’. Negros e pobres sofrem violência física, psicológica e simbólica”, denuncia.

Jaqueline já presenciou muitas abordagens violentas entre os adolescentes da vizinhança da casa dos pais em Londrina. “Muitos deles estão em risco apenas por apresentarem o que a polícia julga como estereótipo de ‘negro bandido’. Falta descolonizar o pensamento das pessoas”, opina.

Como milita ativamente no movimento negro, a estudante não aceita mais a

injustiça das abordagens policiais desnecessárias. “Não fico mais quieta, por isso, hoje em dia me sinto em risco de ser levada por desacato”, conta. O temor maior é pela consciência de que, em um confronto, a palavra dos policiais sempre terá mais peso. “A palavra que conta não é a minha”, diz.

Jaqueline defende a construção de uma identidade da população negra, que em sua maioria é vitimizada e estereotipada, para combater o racismo e a violência que decorre dele. “A polícia defende os bens privados de uma classe elevada e tira a vida da população subalterna. Não existe democracia racial no país”, critica. (C.A)

A estudante universitária Jaqueline Vieira, de 23 anos: “Não existe democracia racial no país”



10 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Promotora colide em carros e é levada à delegacia

Leila Schimiti, uma das responsáveis pela Operação Publicano, foi ouvida e liberada; boletim aponta que ela tinha fala desconexa e exalava odor etílico

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

A promotora de Justiça Leila Schimiti foi conduzida à delegacia após se envolver em um acidente de trânsito no qual bateu em duas picapes, no início da noite de anteontem, próximo ao Zerão. Segundo boletim de ocorrência, ela apresentava sinais de embriaguez. A promotora foi ouvida e liberada. Leila é uma das responsáveis pela Operação Publicano, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que desmantelou esquema de corrupção envolvendo auditores da receita estadual.

O acidente ocorreu quando a promotora conduzia um Corolla e, ao tentar fazer a conversão da Avenida Higienópolis para a via Aminthas de Barros, acabou atingindo duas caminhonetes Amarok, paradas na mão contrária. De acordo com o boletim de ocorrência, a promotora tinha fala desconexa e exalava odor etílico. Ela teria informado aos policiais que retornava de uma festa na área rural. O documento ainda

aponta que os policiais ofereceram a possibilidade de a promotora fazer o teste do bafômetro, mas ela se recusou.

Leila Schimiti foi conduzida à 10ª Subdivisão Policial de Londrina (SDP), acompanhada pelo procurador Cláudio Esteves, ex-coordenador do Gaeco em Londrina. A promotora seguiu na viatura policial para a delegacia, onde foi feita a identificação dos envolvidos no acidente. Ela foi ouvida e liberada, sem pagar fiança.

Esteves disse que acompanhou Leila até a delegacia por designação do Procurador-Geral do MP, Gilberto Giacoia, por envolver um membro e para zelar pelos interesses do órgão. "Eventualmente, em situações de imputação de crimes, é necessário que haja o acompanhamento de outro membro do MP", explica.

Ele também afirma que Leila foi liberada sem pagar fiança porque a Lei Orgânica do Ministério Público garante prisão de um de seus membros apenas em situação de crime inafiançável. "Não era o caso. Portanto, ela não deveria ser presa e, por consequência, não deveria pagar fiança", diz.

Ainda de acordo com ele, a promotora aceitou ser levada à delegacia, mesmo que não fosse obrigatório, para evitar a impressão de ter ocorrido privilégios.

A assessoria de imprensa do MP afirmou que o órgão aguarda o recebimento de cópia do boletim de ocorrência para abertura de procedimento pela corregedoria para averiguar eventual falta disciplinar.

Na tarde de ontem, a promotora emitiu nota em que pede desculpas a todos os envolvidos e à sociedade em razão do "lamentável evento". "Na oportunidade, me submeti às medidas determinadas pelas autoridades e assim será em relação às demais consequências legais advindas deste episódio."

Ela conclui a nota pedindo serenidade a Deus para "continuar trabalhando em benefício da sociedade". A FOLHA tentou contato com a promotora pelo telefone celular, mas as ligações não foram atendidas.

10 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

André Vargas será interrogado por Moro nesta semana

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – O ex-deputado federal André Vargas (sem partido-PR) será interrogado pela primeira vez nesta semana em um dos processos que tramitam na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. O londrinense ficará frente a frente com o juiz federal Sérgio Moro na audiência marcada para a próxima quarta-feira e será ouvido na ação penal que apura crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e organização criminosa. Na ocasião também serão interrogados Leon Vargas, irmão do ex-deputado, e o publicitário Ricardo Hoffman.

Se optarem, os réus poderão ficar em silêncio. Os interrogatórios marcam a fase final do processo e, depois de ouvidos os acusados, o magistrado deve conceder os prazos para alegações finais do Ministério Público Federal (MPF) e das defesas. Em seguida, caso nenhuma nova diligência seja solicitada e autorizada, Moro poderá proferir a sentença.

O MPF aponta que a agência de publicidade Borghi/Lowe Propaganda e Marketing Ltda., que administra contas publicitárias de entidades públicas como a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Saúde, solicitava a empresas subcontratadas (E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz e Zulu Filmes) a realização de serviços de publicidade legais,

entretanto, as orientava a realizar pagamentos de comissões devidas (no valor de 10% dos contratos) para contas das empresas Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda., com sede em Curitiba, e LSI Soluções em Serviços Empresariais Ltda., com sede em São Paulo, e que eram controladas por André Vargas e seu irmão Leon. Segundo as investigações, a LSI e a Limiar eram empresas de fachada. Estes valores, segundo os procuradores, chegam a R\$ 1,1 milhão.

Apurações da Polícia Federal (PF) e da força-tarefa do MPF também indicam que as empresas LSI e Limiar receberam, entre os anos de 2009 e 2014, outros R\$ 4.086.084,29 em aproximadamente 200 depósitos de empresas dos mais variados ramos. As informações constam de uma planilha apreendida na residência do ex-parlamentar, em Londrina, e também de informações repassadas pela Secretaria da Receita Federal por meio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (Dirf) dos respectivos anos.

Do valor total identificado na investigação, R\$ 3.170.292,02 teriam sido depositados nas contas da LSI, como identifica a planilha apreendida na residência de Vargas. Estes recursos foram repassados entre os anos de 2011 e 2014. Já as informações sobre os depósitos na conta da Limiar repassadas pela Receita Federal indicam

depósitos de R\$ 915.792,27 entre os anos de 2009 e 2012.

O londrinense é réu em outra ação penal e responde por lavagem de dinheiro e sonegação fiscal por meio da compra de um imóvel de luxo em Londrina. Ele segue preso no Complexo Médico-Penal (CMP), em Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). Leon Vargas ficou na carceragem da PF por cinco dias e não teve o pedido de prisão prorrogado; já Ricardo Hoffmann continua preso na PF. O empresário até tentou fechar um acordo de colaboração premiada com o MPF, mas as negociações não avançaram.

08 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Vácuo de legitimidade

Impera o caos em Brasília, com Dilma e o PT a persistir nos erros, o Congresso em tumulto e tucanos a acreditar na miragem de nova eleição

Quando a autoridade de um presidente se esvai de maneira vertiginosa, como nestes dias com Dilma Rousseff (PT), do espaço vazio emerge toda sorte de oportunismo.

Em meio à confusão, torna-se mais difícil discutir serenamente soluções razoáveis e eficazes para a crise política galopante. Tal debate fica mais complicado quando alguns atores buscam atalhos para o desenlace, demonstrando pouco apreço pelos ritmos desenvolvidos na normalidade democrática.

A causa principal dos problemas, é bom que se diga, se encontra no próprio Palácio do Planalto.

Dilma segue alheia à deterioração da situação política e econômica e não se mostra disposta a reconhecer os inúmeros erros de seu primeiro mandato. Aos olhos de seus opositores e até de alguns aliados, perdeu a capacidade de comandar o país.

A petista, naturalmente, discorda dessa avaliação. Aferrando-se à mitologia heroica que insiste em evocar para destacar sua resiliência, afirmou: “Ninguém vai tirar essa legitimidade que o voto me deu”. No Brasil de hoje, continuou, preza-se o respeito à “eleição direta pelo voto popular”.

A hipótese da renúncia, deixa claro a presidente, não está nos seus planos. Não pretende deixar o Planalto nem se sente incapaz

de recompor seu apoio político.

A Constituição, de outro lado, permite o afastamento forçado, mas sabiamente não oferece facilidades para apear um presidente. Admite o impeachment, mas a dolorosa terapia pressupõe comprovação de crime de responsabilidade, uma perspectiva incerta.

Mesmo que o Tribunal de Contas da União conclua pela rejeição das contas de Dilma, não será automático passar disso ao impedimento presidencial. O processo será longo, e antes político que jurídico.

A própria oposição não se põe de acordo sobre essa via. No PSDB, por exemplo, dado que o impeachment levaria à posse do vice Michel Temer (PMDB), uma facção passou a patrocinar a hoje inoportuna ideia de nova eleição —na qual seu candidato derrotado, Aécio Neves, despontaria em vantagem.

Para que a proposta seja levada a sério, é preciso antes que o Tribunal Superior Eleitoral encontre bons motivos para determinar a impugnação da chapa Dilma-Temer por delito no pleito de 2014.

Embora esteja em curso investigação por abuso de poder econômico suscitada pelo PSDB, mesmo no caso de condenação o processo se prolongaria com recursos ao Supremo Tribunal Federal.

Há visões divergentes entre tucanos sobre como abreviar o mandato de Dilma Rousseff, por certo. Fica evidente, porém, que uma ala barulhenta do partido pensa que pode subordinar os meios jurídicos a seus fins eleitorais, vergando as regras da democracia para encurtar o caminho até o poder.

FOLHA DE S. PAULO

Senado deve sabatinar Janot ainda neste mês

08 AGO 2015

Recondução depende de aprovação dos senadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deve marcar para a terceira semana de agosto a sabatina do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Janot foi o mais votado pela categoria para continuar no comando do Ministério Público Federal, escolha mantida por Dilma Rousseff.

A mensagem presidencial com a indicação ao cargo ainda não foi enviada ao Senado. Assim que chegar, deve ser lida na CCJ — a expectativa é de que a leitura ocorra na próxima quarta (12). A partir daí, será preciso esperar cinco sessões do plenário do Senado para marcar a sabatina.

A celeridade no tratamento do caso é vista como uma estratégia de Renan para evitar que o acusem de adiar a recondução do procurador-geral e, dessa forma, prejudicar o andamento da Operação Lava Jato, da qual ele é alvo sob suspeita de receber recursos do esquema de corrupção na Petrobras.

O mandato de Janot acaba em 17 de setembro. Para que reassuma o cargo, o Senado precisa aprovar sua indicação até esta data — primeiro na CCJ, depois no plenário, onde precisará do aval de ao menos 41 dos 81 senadores.

O regimento da Casa não fala em prazos para votação nesse caso. (MARIANA HAUBERT)

08 AGO 2015



Antonio Bias, Celita Procopio e Ayres Britto

VOTO ABERTO

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Dias Toffoli, abriu exposição em Brasília sobre a Justiça Eleitoral, com curadoria da historiadora Ane Cajado. Também participaram do evento, na quinta (6), os ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Luciana Lóssio e os ex-ministros Carlos Velloso e Ayres Britto, além do deputado federal Miro Teixeira. Da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado), parceira do TSE na organização da mostra, compareceram o diretor-presidente, Antonio Bias, e a presidente do conselho de curadores, Celita Procopio.



Carlos Velloso e Luciana Lóssio



Dias Toffoli e Ane Cajado



Ricardo Lewandowski e Miro Teixeira



Gilmar Mendes

FOLHA DE S. PAULO

JOSÉ GREGORI

Dois caminhos para o Brasil

Os ministros do STF têm o poder de decidir se o país vai insistir no modelo de guerra às drogas ou se dará chance a soluções mais humanas

09 AGO 2015

O Supremo Tribunal Federal deve julgar nesta semana o Recurso Extraordinário nº 638.659. No centro da disputa, encontra-se o disposto no artigo 28 da chamada Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), que criminaliza a aquisição e a posse de drogas para consumo pessoal.

No julgamento, os ministros do STF deverão decidir se essa regra colide com o direito fundamental à intimidade e à vida privada, assegurado pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal.

Evidentemente, o tema é de enorme relevância social, atingindo diversos processos criminais em todo o país, razão pela qual o STF já reconheceu a existência de repercussão. Em abril de 2013, entreguei em mãos ao ministro Gilmar Mendes, relator do processo, carta subscrita por mim e por outros seis ex-ministros da Justiça que atuaram nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

No texto, manifestamos nossa posição pela inconstitucionalidade da repressão penal ao porte de drogas para uso próprio. Faço questão de repetir: para uso próprio.

É inequívoco o fracasso da guerra às drogas que adota como estratégia a criminalização do usuário. Os debates mundo afora têm se concentrado na refundação das políticas de combate ao consumo de drogas, deixando de lado a perspectiva puramente repressiva, em favor de uma visão mais humana, voltada à redução de danos.

É essa a rota que vem sendo seguida por países como Alemanha, Portugal, Espanha, Colômbia e até mesmo por alguns Estados norte-americanos mais recentemente.

Na contramão da experiência internacional, recrudescer no Brasil uma pressão por aplicação de sanções maiores aos usuários de drogas. Assim, a decisão do STF reves-

te-se de importância ainda maior, na medida em que pode reconhecer a incompatibilidade dessa criminalização com os direitos humanos assegurados constitucionalmente, como a privacidade, a vida privada e a dignidade da pessoa humana.

A declaração da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas, além de contribuir para a economia da enorme quantidade de recursos gastos na perseguição de consumidores de entorpecentes, abrirá portas para que finalmente se garanta aos usuários acesso a um tratamento digno, sem que a sanção penal se interponha entre médico e cidadão, o que hoje constitui um enorme obstáculo aos trabalhos de recuperação dos dependentes químicos.

Não se pode, porém, parar por aí. Infelizmente, mesmo o fim da criminalização do porte de drogas para uso pessoal terá efeito limitado se não forem estabelecidos critérios objetivos que permitam distinguir usuários de traficantes.

A definição desses parâmetros é um debate que deve envolver toda a sociedade, mas um primeiro passo pode ser a fixação de limites quantitativos mínimos, abaixo dos quais a posse de entorpecentes não possa ser enquadrada como tráfico.

Se isso não for feito, os usuários serão sempre reféns da discricionariedade policial, sendo que a própria sujeição do indivíduo a um longo e tormentoso processo criminal, ainda que culmine em absolvição, é incompatível com os princípios que norteiam a vida democrática.

O Brasil encontra-se, portanto, diante de dois caminhos. De um lado, podemos persistir na trilha da repressão e da criminalização. De outro, podemos caminhar para novas soluções, mais humanas, reduzindo os danos provocados por esse mercado nefasto e disponibilizando recursos para o tratamento

digno dos dependentes químicos.

A decisão do Supremo Tribunal Federal poderá fazer a balança pender para um lado ou para o outro — espero que o faça para o lado positivo. De todo modo, a luta pelos direitos humanos não para, e no dia seguinte à decisão, seja ela qual for, teremos ainda um longo caminho a trilhar na construção de um Brasil mais justo e humano, no enfrentamento dessa difícil questão.

JOSÉ GREGORI, 84, advogado, foi o secretário nacional dos Direitos Humanos e ministro da Justiça (governo Fernando Henrique Cardoso)

09 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Advogado desponta na Lava Jato com delações

Discreto, Marlus Arns fechou dois acordos e negocia outros três, entre eles o do ex-diretor da Petrobras Renato Duque

Concorrentes atribuem sucesso de criminalista ao bom trânsito junto a procuradores e à Justiça Federal paranaense

BELA MEGALE
ENVIADA ESPECIAL A CURITIBA
ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Preso pela segunda vez há cinco meses, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque decidiu trocar o renomado escritório carioca que o atendia desde seu envolvimento na Operação Lava Jato, em novembro, por um advogado de atuação discreta e, até poucos meses, desconhecido em âmbito nacional: o paranaense Marlus Arns de Oliveira.

A mudança ocorreu após Duque optar pela delação premiada, caminho já trilhado por 28 alvos da operação.

Arns, 45 anos e advogado há 22, foi quem conduziu os acordos de Dalton Avancini e Eduardo Leite, ex-executivos da Camargo Corrêa.

Os dois foram condenados a quase 16 anos de prisão, mas, devido à delação, irão cumprir pena em casa. O acordo também permitiu o retorno dos empresários ao lar após quatro meses na prisão.

O advogado admite aumento na procura pelo seu trabalho: “Não dá para negar”.

Ele negocia a colaboração de mais dois nomes da Lava Jato: o publicitário Ricardo Hoffmann, preso em Curitiba, e Ivan Vernon, assessor do ex-deputado Pedro Corrêa, que está em liberdade.

O criminalista atribui a procura à sua experiência na área — diz que seu escritório atuou em nove das últimas dez operações da Polícia Federal no Paraná— e à coragem de experimentar “institutos mais modernos de defesa”, como a delação premiada.

Para os concorrentes, porém, Arns vem despontando porque há poucos advogados interessados nesse mercado, e também pelo bom trânsito junto a procuradores e à Justiça Federal paranaense.

Até a Lava Jato, Arns fazia parte do coro de críticos da delação. Professor da Academia Brasileira de Direito Constitucional, ele sempre falou contra o instituto, e diz que provavelmente continuaria fazendo isso se não tivesse entrado na operação.

“Depois que firmei os acordos, não dei mais aulas. Quando voltar, vou mostrar que é um caminho da defesa, mas que precisa ser debatido, estudado e aprimorado.”



O advogado Marlus Arns de Oliveira, que atua na Lava Jato

PERFIL CONCILIADOR

Quem conhece Arns diz que a condução de acordos casa com sua personalidade “conciliadora” e “equilibrada”.

Quando disputou a presidência da OAB do Paraná, em 2006, ele foi da oposição, numa campanha aguerrida.

Seu perfil gregário rendeu o apoio de todos os advogados eleitorais do Estado — do PSDB ao PT. Ficou em segundo lugar e, nas eleições seguintes, articulou a união das oposições numa chapa única.

Na Lava Jato, o perfil se repetiu. “Quando íamos falar com o Eduardo [Leite] no parlatório e o encontrávamos amargurado, Marlus o deixava desabafar pelo tempo que fosse preciso”, conta o irmão do executivo, Edgard Leite. Para ele, Arns soube criar um “laço de afeto”.

Sobrinho-neto do arcebispo-emérito de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns, o advogado tem o costume de ir semanalmente à igreja.

Pessoas próximas dizem que sua vida não mudou após a Lava Jato — à exceção da agenda, hoje mais concorrida.

“É o mesmo carro, o mesmo apartamento”, afirma o irmão Henrique Arns. “Não posso dizer que ele ficou mais rico. É simples, não ostenta.”

CONTINUA

09 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Um integrante da equipe de Arns diz que os honorários ainda não alcançaram a “tabela Catta Preta” —referência à advogada que fechou nove acordos na Lava Jato e, segundo fontes do mercado, cobrava de R\$ 2 milhões a R\$ 5 milhões por delação.

O paranaense tem outro desafio: a concorrência do conterrâneo Figueiredo Basto. Pioneiro no Brasil em delações e há mais de dez anos neste mercado, Basto tem quatro acordos fechados e um em negociação na Lava Jato.

O QUE ELE DISSE

MARCO AURÉLIO MELLO

**De TÉDIO
não se morre**

ministro do Supremo Tribunal Federal,
sobre a Operação Lava Jato

10 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Janot se fortalece

Procurador-geral obtém expressivo apoio dos colegas em eleição interna; espera-se que o Senado não tarde em aprovar sua recondução

Deve chegar ao Senado nesta semana a mensagem da presidente Dilma Rousseff (PT) com sua decisão sobre o comando da Procuradoria-Geral da República. No que depender dela, Rodrigo Janot permanecerá no cargo para um segundo mandato de dois anos.

Mais que bem-vinda devido ao desenrolar da Operação Lava Jato, a continuidade na chefia do Ministério Público Federal, entretanto, não está assegurada. Por força da Constituição, a escolha ainda deve ser aprovada pelos senadores.

Primeiro, Janot será sabatinado pelos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado —e provoca natural apreensão saber que, dos 27 titulares desse colegiado, 8 são investigados por suposta participação no bilionário esquema de corrupção da Petrobras.

Se for aprovado, seu nome seguirá para apreciação do plenário e precisará ter o endosso de ao menos 41 dos 81 membros da Casa.

O trâmite está definido, mas não tem hora para começar. O regimento do Senado não estabelece prazos para deliberações acerca de autoridades indicadas pelo Executivo.

Por causa disso, circularam boatos —espera-se que fossem apenas isso— de que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL),

pensava na possibilidade de retardar todo esse processo.

A ideia seria, ainda que provisoriamente, quebrar a linha de frente da Operação Lava Jato —o que poderá acontecer se os senadores não apreciarem o nome de Janot até 17 de setembro, quando se encerra o atual mandato. Sem a recondução aprovada, ele voltaria ao cargo de subprocurador.

No intuito de evitar especulações dessa ordem, Renan parece inclinado a marcar as devidas sessões com a maior brevidade possível. Estando entre os investigados da Operação Lava Jato, o peemedebista sabe que qualquer protelação será entendida como manobra deliberada em desfavor de Janot.

A esta altura, nada soaria mais suspeito do que confrontar o procurador-geral, figura responsável por abrir ações penais contra os congressistas. Além disso, poucos gestos constituiriam maior afronta ao MPF do que retardar, para nem dizer rejeitar, sua recondução.

Na eleição interna do Ministério Público Federal, da qual participaram 983 integrantes da categoria (79% do total), Rodrigo Janot obteve 799 votos, 288 a mais do que em 2013 e 337 de vantagem sobre o segundo colocado (cada um pode sufragar três nomes).

Dito de outra forma, 81% dos procuradores que votaram manifestaram apoio ao trabalho que vem sendo realizado pela cúpula do órgão —no que estão em sintonia com a opinião pública. É de esperar que os senadores também estejam.

10 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Suspense Auxiliares de Rodrigo Janot são evasivos sobre a probabilidade de o procurador-geral da República apresentar já nesta semana a primeira leva de denúncias contra parlamentares investigados na Lava Jato.

Calendário Procuradores dizem que é “possível” que Janot apresente ao STF algumas peças ainda antes dos protestos do dia 16, mas o mais provável é que as denúncias sejam na semana que vem. Argumentam que a semana é “curta” com o feriado da Justiça na terça.

10 AGO 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça prorroga prisão temporária de três investigados

O juiz federal Sérgio Moro prorrogou nesta sexta-feira (7) a prisão temporária de três investigados na 17ª fase da Operação Lava Jato. Com a decisão, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, irmão do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, Roberto Marques, ex-assessor de Dirceu, e o empresário Pablo Alejandro Kipersmit ficarão presos por mais cinco dias (até 12 de agosto), na

Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

Na decisão, Sérgio Moro explicou que a manutenção da prisão é necessária para que a Polícia Federal termine de analisar as provas obtidas com os mandados de busca e apreensão. "Do exame do material, pode surgir a necessidade de diligências suplementares, como novas buscas e apreensões, novas inquirições e acareações", justificou o juiz. ●



Moro vai manter os acusados até o dia 12

Dilma confirma indicação de Janot para novo mandato

***** A presidente Dilma Rousseff deverá enviar hoje ao Senado a indicação do atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para um novo mandato à frente do Ministério Público, informou José Eduardo Cardozo.

A recondução de Janot depende agora de sua aprovação por ao menos 41 dos 81 senadores da Casa. Antes, a Comissão de Constituição e Justiça



Janot depende dos senadores para ser reconduzido

(CCJ) deverá marcar uma sabatina com o indicado, antes de submeter seu nome ao plenário.

A presidente se reuniu com Cardozo e com o próprio Janot, no Palácio da Alvorada, para comunicar sua decisão. Há dois anos no cargo, Janot foi o mais votado numa consulta interna realizada entre membros do Ministério Público Federal para permanecer no cargo até 2017. ●

1 0 AGO 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTAS POLÍTICAS

Bens bloqueados

A Justiça bloqueou os bens do presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa, deputado Edson Praczyk (PRB), em R\$ 300 mil. O bloqueio foi determinado a pedido do Ministério Público, que investiga denúncia de que o parlamentar teria nomeado uma funcionária "fantasma" em seu gabinete.

Promotora autuada

A promotora de Justiça, que atua no Gaeco, Leila Schimiti, foi autuada e presa pela Polícia Militar depois que bateu em três carros ao dirigir embriagada em Londrina. Encaminhada pela PM à 10ª SDP, foi lavrado o flagrante em Boletim de Ocorrência (BO). Logo que foi presa, Leila Schmiti pediu socorro aos colegas do Gaeco, que tentaram acudi-la.

BEMPARANÁ MARY SCHAFFER



Em tempo de comoção nacional quando o povo pede **JUSTIÇA**, o Ministro Ricardo Lewandowski veio a Curitiba para proferir Aula Magna do Curso de Direito do UniBrasil e comentou sobre os desafios do Poder Judiciário Brasileiro.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal mantém presos executivos da Andrade Gutierrez e Odebrecht

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, nesta tarde (5/8), o pedido de habeas corpus do presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, e do executivo da empresa Elton Negrão de Azevedo Júnior. Eles foram presos preventivamente dia 19 de junho, durante a 14ª fase da Operação Lava Jato.

Segundo o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, responsável pelas ações da Lava Jato no tribunal, existem fortes indícios de que o presidente da empresa “tinha conhecimento e envolvimento real com os fatos criminosos”. Para o magistrado, esse é um caso complexo e de proporções “amazônicas”.

Quanto a Elton Negrão, Gebran afirmou que a documentação anexada aos autos demonstra que o diretor assinou contratos com empresa de fachada para repasse de propinas, sendo um dos “grandes partícipes do esquema”. Para o desembargador, a soltura de ambos apresenta “gravíssimo risco de rearticulação”.

A 8ª Turma julgou prejudicado o julgamento do mérito dos pedidos de habeas corpus dos cinco executivos da Odebrecht presos preventivamente. Conforme o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, relator dos processos da Lava Jato no tribunal, durante a análise do mérito da preventiva, decretada dia 19 de junho, houve a uma nova ordem de prisão preventiva do juiz federal Sérgio Moro baseada em fatos novos.

07 AGO 2015

CÂMARA APROVA VINCULAÇÃO DE SALÁRIO DE ADVOGADO PÚBLICO AO DE MINISTRO DO STF

Por 445 votos a favor e 16 contrários, deputados aprovaram na madrugada de ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 443/09) que vincula os salários de advogados públicos e delegados de polícia à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que é R\$ 33,7 mil. O texto aprovado, feito pela comissão especial que analisou a proposta antes de ir a plenário, estabelece índice de 90,25% para a maior remuneração de cada carreira.